ANDRÉIA APARECIDA OLIVEIRA DE SOUZA

**A inserção de bebês na creche e
a separação como operador simbólico**

**São Paulo
2014**

ANDRÉIA APARECIDA OLIVEIRA DE SOUZA

A inserção de bebês na creche e a separação como operador simbólico

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Psicologia e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Leandro de Lajonquière

São Paulo

2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

37.046 Souza, Andréia Aparecida Oliveira de

S729d A inserção de bebês na creche e a separação como operador simbólico / Andréia Aparecida Oliveira de Souza; orientação Leandro de Lajonquière. São Paulo: s.n., 2014.

100 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Psicologia e Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Psicanálise 2. Educação 3. Creche 4. Educador

5. Subjetivação

I. Lajonquière, Leandro de , orient.

SOUZA, ANDRÉIA APARECIDA OLIVEIRA DE

A inserção de bebês na creche e a separação como operador simbólico

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade de São Paulo como parte dos requisitos
para obtenção do título de mestre em Educação.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Cristina Kupfer – Instituto de Psicologia /USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Profa. Dra. Leny Magalhães Mrech – Faculdade de Educação/USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Leandro de Lajonquière (orientador) – Faculdade de Educação/USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para meus pais.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Leandro de Lajonquière, pela confiança, paciência e generosidade.

À Profa. Dra. Maria Cristina Kupfer e Profa. Dra. Leny Magalhães Mrech pelas preciosas contribuições no Exame de Qualificação.

Ao Erwin, pelo companheirismo em todos os momentos.

E a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

SOUZA, Andréia Aparecida Oliveira de. **A inserção de bebês na creche e a separação como operador simbólico**. 2014. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Este trabalho de pesquisa consiste num esforço teórico com foco de interesse na dinâmica subjetiva vivenciada por bebês em processo de estruturação psíquica ao serem defrontados com a primeira experiência escolar, tendo como referencial a conexão psicanálise e educação. O motivo que inspirou a investigação foi a busca por um pouco de entendimento em relação aos impasses vivenciados nessa passagem. O choro do bebê e a dificuldade experimentada pela mãe em confiar seu filho a alguém desconhecido conferem à entrada da criança na creche um caráter traumático, pois representam uma separação no discurso corriqueiramente utilizado. Para isso, encontrou-se suporte nas noções de constituição psíquica, de campo do Outro e nas operações lacanianas de alienação e separação que permitiram estabelecer um contraponto entre estruturação subjetiva e noção de desenvolvimento infantil. A partir dessa abordagem e da noção lacaniana de *separação* como uma operação fundante do psiquismo, foi possível propor uma leitura dos impasses que permeiam a inserção da criança no mundo público como mais uma vicissitude do *vir a ser* um sujeito.

Palavras-chave: creche, psicanálise, bebês, subjetividade, separação.

ABSTRACT

SOUZA, Andreia Aparecida Oliveira de. **The insertion of babies in the daycare and the separation as a symbolic operator.** Master's Degree Dissertation. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

This research is a theoretical effort focused in the subjective dynamics experienced by infants in psychic structuring process when faced with the first school experience, taking as referential the psychoanalysis and education connection. The reason that inspired the investigation was the search for some understanding about the impasses experienced in this passage. The crying and the difficulty experienced by the mother to trust her baby to someone unknown give a traumatic nature to the entry of the child in the daycare, as it represents a separation, in the routinely used speech. For this, we found support in the notions of psychic constitution and field of the Other and in the Lacanian operations of alienation and separation that allowed establishing a counterpoint between subjective structuring and the concept of child development. Based on this approach and the Lacanian notion of separation as a foundational operation of the psyche, it was possible to propose a reading of the impasses that permeate the inclusion of children in the public world as another vicissitude of becoming a subject.

Keywords: daycare, psychoanalysis, babies, subjectivity, separation.

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT.....	8
 1. INTRODUÇÃO.....	 10
 2. A CRECHE	
2.1. O percurso histórico.....	19
2.2. A inserção de bebês na creche.....	26
 3. A PSICANÁLISE E OS BEBÊS	
3.1. A constituição subjetiva.....	42
3.2. As funções materna e paterna.....	56
3.3 A construção do Outro para o bebê	60
 4. A INSERÇÃO DE BEBÊS NA CRECHE E A PSICANÁLISE	
4.1. A posição narcísica dos pais	69
4.2. Os bebês e o choro.....	73
4.3. O lugar do educador	78
4.4. A separação como operador simbólico.....	82
 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 88
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 96

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho consistiu num esforço teórico, sem objetivos práticos, para pensar o significado da inserção de bebês na vida escolar, tendo alguns pressupostos psicanalíticos como referencial. Buscamos abordar esse momento, que marca a separação em relação às figuras parentais e a chegada ao ambiente público, a partir da dinâmica subjetiva que liga os envolvidos: pais, criança e professor/instituição, considerando o lugar subjetivo que cada parte ocupa e consequentemente a forma como se posiciona nesse momento.

Para desenvolver esta reflexão, nos baseamos em levantamento bibliográfico sobre o assunto e em nossas experiências como docente com crianças, que consequentemente nos proporcionou um pouco de conhecimento em relação à inserção de bebês no ambiente da creche. Ressaltamos que nossa experiência nos mobilizou para a investigação do tema e nos animou na escrita deste trabalho, embora não tenham sido feitas observações sistemáticas por tratar-se de um trabalho de natureza teórica.

Assim, buscou-se compreender e refletir sobre o entendimento corrente nas instituições a respeito da inserção dos bebês no ambiente da creche. Esta chegada é vista como uma separação na relação com a mãe e que pode acontecer de forma turbulenta e traumática podendo apresentar como principais consequências imediatas o choro dos bebês e a insegurança dos pais. Abordagem esta que resulta numa ideia de creche como um *mal necessário*, que viria abalar a relação harmoniosa entre mãe-bebê.

A passagem do ambiente privado da família para o ambiente público da creche é comumente entendida como um momento delicado, traumático até, de

separação entre o bebê e o familiar de referência, na maioria das vezes a mãe. Esse entendimento pode se justificar em função da história da instituição, que surgiu como uma alternativa aos cuidados maternos para atender famílias pobres, cujas mães operárias necessitavam trabalhar. Como lugar de acolhimento para crianças enjeitadas por terem sido geradas fora do núcleo familiar. Enfim, como lugar que se frequenta por não se ter alternativas, que gera preocupação e insegurança, mas que é necessário, como poderemos ver no capítulo destinado ao percurso histórico a creche.

Porém, as considerações tomadas emprestadas da linha de pensamento que articula psicanálise e educação, nos permitem propor um olhar em relação a este momento inicial da vida escolar como mais uma vicissitude do vir a ser de um sujeito, no caso a criança em plena constituição subjetiva.

Então começamos recuperando um pouco da história da estrutura institucional na qual, na maioria das vezes, a primeira experiência escolar ocorre: a creche. Sabemos que ainda hoje não são todas as crianças que iniciam sua caminhada escolar ainda bebês, ou seja, na creche. Mas nesta pesquisa, optamos por pensar a respeito da primeira experiência escolar de bebês e, portanto, o espaço a respeito do qual buscamos saber mais foi a creche.

Em seguida, apresentamos considerações a respeito da primeira experiência escolar com o objetivo de ressaltar nossas intenções nesta pesquisa, baseadas em recortes teóricos, de autores que se dedicaram ao assunto como Davini (1999), Cury (1999), Balaban (1988), Rapoport (2001) e Abumanssur (1999) e que consideram a questão sobre o ponto de vista da psicologia do

desenvolvimento infantil, ou seja, o discurso corrente nas instituições. E autores como Dolto (1999) e Carvalho (2001), que pensam a questão a partir do referencial psicanalítico, ou seja, da constituição subjetiva e que é o aporte teórico escolhido para esta pesquisa.

A abordagem que, predominantemente, orienta a inserção dos bebês nas instituições infantis, orientada pela psicologia do desenvolvimento ou psicologia genética, apresenta uma concepção de criança e de educação que norteia a forma de entender esse momento e conseqüentemente inspira as ações que deverão ser empreendidas por parte dos profissionais. Para essa abordagem a criança se *desenvolve* cognitiva, física e emocionalmente. Em linhas gerais, noção de desenvolvimento remete a um processo contínuo, que deverá atingir um ponto ideal e que para isso depende organicamente de uma maturação gradativa do organismo.¹.

Em contraponto à ideia de desenvolvimento infantil temos a noção de estruturação subjetiva. Jerusalinsky (1989) afirma que se o desenvolvimento depende da maturação, a constituição do sujeito em nada depende dela. O processo maturativo não condiciona nem determina a constituição subjetiva. Esta depende da simbolização que se opera num corpo e não de sua maturação. *“Este processo de simbolização depende do Outro que, desejante da criança, engendrou-a ou adotou-a para que ocupe um lugar na sua cadeia significativa.”*².

¹ Não é nossa intenção nos aprofundarmos nessa abordagem, apenas marcar a diferença em relação à noção de estruturação subjetiva, que norteará nosso estudo.

² JERUSALINSKY, 1989, p. 43.

Assim, com base na noção de estruturação subjetiva, na sequencia explorou-se as “ferramentas” conceituais que auxiliariam na reflexão sobre o que está acontecendo, subjetivamente, na vida de um bebê quando ele chega à creche. Como se constitui um sujeito? Sem a pretensão de esgotar o assunto, mas ressaltando aspectos que consideramos fundamentais para viabilizar a reflexão, recorreu-se às considerações freudianas e lacanianas que permitem pensar a constituição do psiquismo e buscou-se suporte em pesquisas e teóricos que articulam os campos psicanálise e educação e que se referem à questão da constituição subjetiva precoce como Kupfer (2009), Lajonquière (2010), Pesaro (2010) e Crespim (2004/2007).

Nesse eixo, foram encontrados trabalhos abordando a relação mãe-bebê, a constituição psíquica, a qualidade do atendimento nas instituições que recebem as crianças pequenas, o lugar subjetivo do educador e o trabalho nas creches e pré-escolas, inclusive, enquanto lugares onde é possível a identificação de indícios de problemas de saúde psíquica, como o caso do autismo.

Uma importante pesquisa no campo da psicanálise que teve como objeto de investigação os bebês enquanto sujeitos em constituição foi a orientada por Maria Cristina Kupfer e que deu origem aos indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil, os IRDIs, validando para uso pediátrico esse instrumento. Este estudo teve prosseguimento com Pesaro (2010), que ampliou suas bases teóricas em tese de doutorado: *“Alcances e limites teórico-metodológicos da pesquisa multicêntrica dos indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil”*. Estudo este, que nos auxiliou no entendimento dos principais momentos da constituição subjetiva.

Para entender as possibilidades de ampliação dos laços afetivos pelo bebê, ou seja, o estabelecimento do vínculo com o educador, fundamental para que a criança permaneça no ambiente escolar e possa se voltar às atividades e descobertas que favoreçam a sua inserção no mundo social, público, recorreu-se às operações de alienação e separação, ao estabelecimento e operação da função paterna e à noção de campo do Outro para o bebê.

No terceiro capítulo buscamos pensar essa transição, seus envolvidos, pais, criança e educador e o principal aspecto deste processo que é a separação entre mãe-bebê, apoiados no entendimento do processo de constituição do psiquismo obtido na incursão pelos pressupostos psicanalíticos. Recorremos aos escritos freudianos acerca do jogo que simboliza a presença-ausência, o Fort-Dá, para ilustrar e ressaltar a importância da figura materna no processo de inserção da criança no mundo social, enquanto uma mãe “*suficientemente boa*” - expressão de Winnicott (1958).

Utilizamos o conceito de narcisismo, com base no texto freudiano “*Sobre o Narcisismo: uma introdução*” (1914), para pensar a posição dos pais ao deixar o bebê aos cuidados da creche e ressaltar a necessidade de serem ouvidos e acolhidos neste momento.

Em Winnicott (1958), encontramos argumentos teóricos para pensar a respeito do choro dos bebês ao se depararem com pessoas estranhas na creche. E para entender as possibilidades de ampliação dos laços afetivos pelo bebê, ou seja, o estabelecimento do vínculo com o educador, fundamental para que a criança permaneça no ambiente escolar e possa se voltar às atividades e

descobertas que favoreçam a sua inserção no mundo social, recorreremos às funções materna e paterna como agentes das operações de alienação e separação e à noção de campo do Outro para a Psicanálise.

Concluimos refletindo sobre quais seriam os elementos mínimos para que a chegada dos bebês à creche se configure como um elemento a mais na constituição subjetiva. Quais seriam as condições favoráveis para um bebê defrontar-se com a diferença representada pelo ambiente da creche? E baseada na operação lacaniana de separação, enfatizamos a separação entre mãe-bebê como um elemento fundante do psiquismo.

E para ressaltar as possíveis contribuições desta pesquisa para a Pedagogia e o trabalho com os bebês no âmbito da primeira experiência escolar, expomos os objetivos que nos orientaram e que podem ser resumidos em: identificar possíveis contribuições, para a Pedagogia, ao elucidar, inspirados na Psicanálise, a respeito do que está em jogo na primeira experiência escolar, ou seja, o processamento da diferença para os bebês em processo de estruturação psíquica; ter conhecimento da importância constitutiva do laço afetivo com os cuidadores primordiais e as respectivas ações das funções materna e paterna; compreender o choro da criança ao chegar à creche como um indicativo da qualidade desse laço; entender esse processo não como uma etapa traumática para a criança e a família, no sentido de um rompimento, de uma desnaturalização da relação mãe-bebê, mas como uma experiência psiquicamente constitutiva para a criança, que traz a possibilidade da ampliação dos vínculos afetivos.

Ou seja, pretendemos contribuir com as reflexões no domínio da Pedagogia, e da linha de reflexão no campo educacional orientada pela Psicanálise, quanto à singularidade desse momento que é a chegada da criança à escola, por se tratar de um afastamento temporário entre a mãe e o bebê, uma forma possível de se por em jogo a alternância presença-ausência, um movimento inerente e necessário à constituição subjetiva. Dessa forma a inserção dos bebês na creche pode ser considerada como um fator a mais nesta etapa.

2. A CRECHE

2.1. O percurso histórico

As creches, espaços para os cuidados com as crianças pequenas, tiveram origem na Europa, no século XIX e de acordo com Crespim (2007), elas surgiram para substituir as mães pobres das classes operárias. Inicialmente esses espaços não obtiveram sucesso em seus intentos, a mortalidade infantil era muito alta. Foram alvos de críticas por não conseguirem cuidar adequadamente da higiene e da saúde das crianças ali deixadas.

Até o início do séc. XX o atendimento de crianças em creches basicamente inexistia no Brasil.

“O que havia no sentido de cuidado da criança pequena longe da mãe no meio rural era a absorção natural das inúmeras crianças órfãs ou abandonadas, filhos bastardos originados em geral da exploração sexual da mulher negra e índia pelo senhor branco, adotados por famílias de fazendeiros, ou o recolhimento dos mesmos nas “rodas de expostos” existentes em algumas cidades criadas desde o início do séc. XVIII por entidades religiosas que procuravam fazer com que elas fossem conduzidas a um ofício quando grandes, preparando-as, pois, como mão de obra barata”.³

³ OLIVEIRA, 1988, p.45.

A primeira creche brasileira foi fundada em 1899 no Rio de Janeiro e de acordo com Kuhlmann⁴, tratava-se de uma creche para os filhos dos operários criada pela Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado.

A criação de instituições especializadas para oferecer cuidados às crianças pequenas está intimamente ligada às modificações do papel da mulher na sociedade e as repercussões destas mudanças no âmbito familiar.

No séc. XX, com a intensificação da atividade industrial e o aumento da migração campo-cidade com o consequente crescimento da urbanização, um dos debates, inclusive na esfera política no Brasil, foi sobre qual o atendimento mais adequado a ser oferecido às crianças pequenas. Seriam os cuidados da mãe ou seria viável a criação de instituições especializadas como alternativa para a educação familiar?

“Como ocorre com todas as outras formas pelas quais uma dada sociedade cria uma instituição para responder às suas necessidades, a creche insere-se a cada momento, em um contexto mais abrangente, onde concepções sobre criança, mulher, família, educação infantil, trabalho em geral, trabalho feminino, direitos sociais, obrigações do Estado vão sendo modificados.”⁵.

Assim, as primeiras creches e escolas maternas foram criadas no Brasil, concomitante ao período da 1ª. GGM na Europa, em cidades como São Paulo,

⁴ KUHLMANN, 1991, p.19.

⁵ OLIVEIRA, 1988, p. 44.

Rio de Janeiro, interior de Minas Gerais e do Norte. Sendo de propriedade das empresas e utilizadas nos ajustes das relações de trabalho.

As creches, assim como os asilos e internatos eram vistas como instituições destinadas a cuidar dos problemas dos pobres. A inserção da mulher no trabalho industrial exigiu soluções emergenciais para o cuidado dos filhos pequenos. Segundo Oliveira (1988), quando ainda não contavam com a possibilidade da creche, a questão se resolvia com outras mulheres cuidando dos filhos das trabalhadoras em troca de dinheiro.

“As poucas creches fora das indústrias, nas décadas de 20, 30, 40 e 50, eram de responsabilidade de entidades filantrópicas laicas e, principalmente, religiosas. Em sua maioria, estas entidades foram, com o tempo, passando a receber ajuda governamental para desenvolver seu trabalho, além de donativos das famílias mais ricas.”⁶.

Com a origem da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em 1943, surgiu no Brasil a licença maternidade. Inicialmente eram 84 dias de licença que a mulher tinha direito para se dedicar ao filho recém-nascido e deveria ser paga pelo empregador. Esta situação trazia consideráveis restrições às mulheres no mercado de trabalho. E podemos aqui inferir que as crianças com 84 dias deveriam ser deixadas aos cuidados de outras pessoas.

A partir de 1973, a licença maternidade passa a ser paga pela Previdência Social, mas isso não garantia a estabilidade das mulheres, alguns empregadores

⁶ OLIVEIRA, 1988, p. 47.

dispensavam as grávidas mesmo assim. Nesse período, movimentos sindicais pedem a ampliação da licença e a estabilidade para as grávidas. Esses direitos são efetivados na Constituição de 1988. A mulher passa a ter garantida a estabilidade e a licença é ampliada para 120 dias.

Quanto aos serviços oferecidos nas creches, a principal preocupação era com a alimentação, higiene e segurança física. No período entre as duas grandes guerras, conhecido como higienista aconteceram transformações no mercado de trabalho, delimitando a jornada em 8 horas e também ocorreram progressos na área da saúde, com melhorias nas condições de higiene e nutrição e a descoberta das vacinas para controle das epidemias.

Conforme Crespim (2007), o período higienista se estende até o pós Segunda Guerra Mundial e nesta época são criados os dispensários e as creches se multiplicam com o objetivo de “(...) assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento físico dos bebês a elas confiados.”⁷. Para esta autora, os objetivos das creches não poderiam ser diferentes tendo em vista a forma como eram vistos os bebês até o século XX: “(...) o recém-nascido, desde o nascimento e durante os primeiros meses de vida, não é mais do que um ser vegetativo, sem pensamento nem atividade – em resumo, um simples tubo digestivo.”⁸.

Na França, num período que foi de 1945 até os anos de 1960, as creches foram extensões dos hospitais, com função essencialmente sanitária. Nelas as regras de higiene e nutrição eram rígidas e os pais não podiam permanecer em suas dependências para evitar a proliferação de germes.

⁷ CRESPIIM, 2007, p.2.

⁸ Idem.

“A criança passa, nua, das mãos de seus pais, de seu universo familiar para o universo de guarda, por meio de um guichê, símbolo da impermeabilidade desses dois universos situados lado a lado, porém sem se encontrar. Tão logo vestida com as roupas da creche, a criança inicia um dia ritmado pelas obrigações coletivas e pelo treinamento de toilette, em que pouco lugar é reservado às atividades de estímulo e ao estabelecimento de laços entre o adulto e a criança ou mesmo entre as crianças. Os pais são cuidadosamente mantidos à distância da vida da criança e do funcionamento da instituição.”⁹.

Esta situação parece ter sido superada naquele país com os avanços da pediatria, que permitiu diminuir drasticamente a mortalidade infantil e com as novas ideias da psicologia e da pedagogia que mudaram o modo de conceber a criança.

No Brasil a Educação Infantil foi gradativamente conquistando espaço e reconhecimento como uma etapa importante e fundamental da Educação Básica. Atualmente, já não se define pelo cunho unicamente assistencial. Tornou-se uma opção para as famílias, um dever do Estado e um direito da criança. Na LDB (1996) passou a ser considerada a primeira etapa da educação básica.

Porém, quando da sua criação, a creche era o lugar onde as mães operárias deixavam seus filhos e onde os mesmos receberiam cuidados quanto à alimentação, higiene e integridade física. Nestes locais recebiam-se crianças de 0 a 3 anos de idade.

⁹ CRESPIM, 2007, p. 2.

No Brasil as instituições de Educação Infantil dividiam-se quanto ao atendimento oferecido em creche, para os bebês e crianças até os três anos de idade e Jardim de Infância para as crianças de 4 a 6 anos.

De acordo com Campos (1993), a nomenclatura Jardim de Infância foi utilizada no Brasil nas primeiras pré-escolas por influência das experiências educacionais europeias que tinham como orientação as concepções froebelianas, e tinha um caráter educativo. Era uma preparação para o ingresso no ensino fundamental.

“Pode-se considerar que, na faixa de 0 a 6 anos de idade, consolidaram-se dois tipos de atendimento paralelos: o que se convencionou chamar de creche, de cunho mais assistencial e de cuidado, e a pré-escola, ligada ao sistema educacional e refletindo suas prioridades de caráter instrucional.”¹⁰.

Segundo Kishimoto (1990) as creches brasileiras por sua vez, eram filantrópicas ou situadas nos locais de trabalho. Tinham como principal objetivo atender às necessidades das mães que trabalhavam e não tinham com quem deixar os filhos.

A primeira vez que uma lei reconhece os direitos da criança pequena em nosso país, foi na Constituição de 1988. Segundo Campos, na década de 80, em estudos publicados por estudiosos brasileiros envolvidos com pesquisas relacionadas à creche, foi possível constatar progressos significativos “(...) *no que*

¹⁰ CAMPOS, 1993, p.104

*se refere ao debate ideológico e político sobre o significado da educação da criança pequena, seus direitos e o reconhecimento da responsabilidade do poder público.”*¹¹.

De acordo com a autora, houve uma superação, pelo menos no plano do debate, da concepção exclusivamente assistencialista, reconhecendo que o atendimento à criança pequena deveria ter um caráter educacional. Este avanço levou a suposição de uma integração entre creche e pré-escola, ambos com fins educativos.

Apesar desses progressos, o trabalho na creche continuou sendo visto como uma intervenção mais voltada para o cuidado e a pré-escola para as atividades educativas.

Porém, esse panorama vem mudando, nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil de 2010, consta, na proposta de elaboração de orientações para implementação das mesmas, um item destinado às “especificidades da ação pedagógica com bebês”. O que supõe uma integração entre educação e cuidados.

Assim, atualmente, dentre os principais motivos que levam a criança pequena para a creche, estão as últimas descobertas das pesquisas da psicologia e da neurociência a respeito do desenvolvimento infantil, afirmando que o bebê está aberto a aprendizagens únicas nos seus dois anos iniciais de vida. A necessidade da mãe de que alguém cuide de seu filho enquanto trabalha não é mais o único motivo para uma criança frequentar a Educação Infantil. Hoje muitas

¹¹ CAMPOS, 1993, p.15.

famílias procuram uma instituição de Educação Infantil por considerarem importante a socialização no processo de desenvolvimento da criança.

Portanto, a creche tornou-se um local onde a criança deve encontrar condições que favoreçam uma educação integral, a qual é garantida aos menores de seis anos nos documentos oficiais como RCNEIS e Diretrizes Curriculares.

E enquanto educadores, com um pouco de experiência na rotina da Educação Infantil, especificamente com a creche, percebemos que um momento crucial no cotidiano dessa instituição, o qual mobiliza as equipes educacionais na escola de Educação Infantil, especialmente nos berçários, é justamente a chegada dos bebês. Este primeiro contato com o ambiente escolar, esta etapa de passagem, que nas Diretrizes Curriculares é nomeado como “transição casa/escola de Educação Infantil”. Mas nem sempre foi assim.

2.2 A inserção de bebês na creche

Atualmente, dentre os teóricos que se debruçam sobre o assunto da adaptação de bebês ao ambiente da creche, existe uma unanimidade em reconhecer que se trata de uma passagem delicada e que deve ser muito bem planejada pelas instituições. Carvalho (2001) define o que seria a adaptação na creche:

“No trabalho em creches, entende-se por cuidados com a adaptação, a tentativa de amenizar os impactos e as dificuldades inerentes ao enfrentamento de situações novas, como entrada de criança, mudanças de grupo, substituição de educadores, saída de criança para outra instituição, mudanças no funcionamento cotidiano, etc.”¹².

Lembrando que o nosso foco neste trabalho é apenas um dos aspectos citados pela autora: a entrada da criança na creche.

Com base em dados relativos à história desta instituição, podemos inferir que a preocupação em amenizar os impactos e as dificuldades que se apresentam na inserção de crianças na creche é relativamente recente.

Nos textos que se ocupam das origens e da história da creche, tanto no Brasil, quanto na Europa, fica nítido que a principal preocupação quanto ao atendimento oferecido se voltava para a alimentação, higiene e cuidados com a segurança física.

E isso se deve às origens dessa instituição, que quando do seu surgimento era voltada a atender crianças de famílias pobres, tinha um caráter filantrópico. Atendia um público que não estava em condições de impor exigências. E para os parâmetros da época a criação da creche representava um avanço, principalmente quanto aos direitos trabalhistas das mulheres operárias.

¹² CARVALHO, 2001, p. 58.

Descrições da forma como o atendimento nas creches era dispensado aos pequenos nos permitem pensar que não existiam cuidados quanto à questão do afastamento/separação da dupla mãe e bebê.

Crespim (2007) nos relata que na França até a década. de 60, as crianças eram passadas ao interior da creche pelos pais por um guichê e despidas da roupa que traziam de casa. Para, em seguida, serem vestidas com a roupa da creche, para que não ocorressem contaminações. Os pais eram mantidos do lado de fora e sem nenhum contato com o ambiente no qual ficariam seus filhos. Ou seja, não acontecia um momento de transição gradativo entre o ambiente privado e o ambiente coletivo.

A questão do cuidado com a adaptação dos bebês ao ambiente da creche e à figura da educadora tornou-se assunto de pesquisas nas últimas décadas do século XX, no contexto das transformações sociais que tiveram reflexos no âmbito familiar, com as consequentes mudanças nas concepções de criança e família.

Desde a Idade Média, por volta do séc. XIII, até final do séc. XIX, os recém-nascidos eram enviados ao campo para serem alimentados por nutrizas também conhecidas como amas de leite. Não existia a ideia de que o bebê logo ao nascer precisaria do contato com a mãe para sobreviver e se constituir psiquicamente.

“Eventualmente, a nutriz era instalada na residência, mas o habitual era enviar o bebê, que se tivesse sorte, sobreviveria aos anos iniciais de vida, período marcado essencialmente pela total dependência de um ‘outro cuidador’. Ao passar pelo teste da sobrevivência que contém cenas impensáveis atualmente, como por exemplo, enrolar os bebês em faixas que lhe impediam por completo os movimentos e pendurá-los em pregos fixados na

parede para liberar a ama para outros afazeres, as crianças eram integradas ao convívio social com os adultos, ou seja, após o desmame a criança que conseguisse retornar à família era tomada como um integrante, com o mesmo estatuto do adulto.”¹³.

Aliás, nessa época, de acordo com Philippe Ariès (1975), é provável que não houvesse lugar para a infância no mundo. O autor chega a esta conclusão ao analisar a ausência das representações da infância na arte medieval. As crianças eram representadas como adultos em miniaturas.

De acordo com Baptista (2002), as mudanças em relação aos cuidados dispensados à infância começam a mudar com a descoberta da demografia, pois com ela surge uma preocupação em relação à mortalidade infantil na Europa. *“Contabilizar os habitantes de um país tornou-se uma prática a partir dos meados do séc. XVIII, como meio para dimensionar o potencial produtivo do Estado assim como engrossar a força militar.”*¹⁴.

Nesse contexto, as autoridades percebem que a fase crítica da infância, a qual deveria ser dispensada uma atenção cuidadosa não se tratava do pós desmame, mas a primeira etapa da vida. E então se evoca a figura da mãe para que cuide da educação dos bebês.

“Para educar os bebês, evoca-se a figura da mãe, dando início, para os ricos, em uma mudança do estatuto da criança

¹³ BAPTISTA, 2002, p.16.

¹⁴ BAPTISTA, 2002, p.17.

pequena. Este novo lugar das crias humanas inaugurará um novo conceito de relação entre pais e filhos.”¹⁵.

No Brasil, ao que parece, a importância da relação precoce entre bebê e a mãe também não fazia parte das preocupações no atendimento oferecido aos filhos das operárias das primeiras creches no país. Quando da criação da licença maternidade, o período que as mães dispunham para ficar com seus filhos era de 84 dias. O que permite inferir que ao término deste período, as crianças deveriam ser deixadas nas creches para que a mãe retomasse seu posto no mercado de trabalho.

Segundo Oliveira (1998), a forma de ver a creche começou a mudar no país a partir da década de 60, com a valorização da Educação Infantil em função da grande expansão de pré-escolas para atendimento às crianças de classe média, “(...) *que se preocupavam com o desenvolvimento infantil como um todo, com destaque à criatividade e a sociabilidade.*”¹⁶.

“Na década de 70, aumentam as creches e berçários mantidos por entidades particulares para crianças da classe média, em geral filhos de profissionais liberais, e que defendiam a creche como instituição educativa voltada para os aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança.”¹⁷.

¹⁵ Idem.

¹⁶ OLIVEIRA, 1998, p. 49.

¹⁷ Idem.

E assim, começam a surgir profissionais e especialistas interessados nas condições de ingresso da criança pequena na creche e as possíveis implicações para o desenvolvimento emocional do bebê. Garantia de atendimento e preocupações com higiene, alimentação e segurança física já não são os únicos tópicos que figuram como importantes para um atendimento satisfatório às crianças pequenas.

Nancy Balaban (1988) é uma autora americana que se dedica ao assunto, tratando em seu trabalho aspectos como a importância do planejamento, as variadas reações das crianças, a dificuldade dos pais em deixar o filho com um estranho, a angústia do professor ao manejar essa situação entre outros detalhes do cotidiano escolar que devem ser considerados para que, segundo a autora, se tenha um início de vida escolar exitoso.

Juliana Davini (1999) em *“Enfrentando Conflitos de separação: a adaptação na escola de Educação Infantil”* considera que a entrada na creche representa a “oficialização” da separação entre a mãe e o bebê. A criança terá de elaborar a separação com a família, mais especificamente com a figura da mãe e também aprender a conviver socialmente.

Aqui no Brasil, é possível perceber que as escolas tentam resolver o impasse do primeiro contato da criança com o universo público planejando a entrada da criança de forma gradual, poucas horas nos primeiros dias e permitindo a presença dos pais por um tempo na escola, evitando assim uma separação abrupta e proporcionando a criança uma segurança para o

estabelecimento dos novos vínculos com os amiguinhos e com a educadora, pois esse período é visto como:

“(...) um período especial para o bebê, quando ele estabelecerá um vínculo secundário, ou seja, fora da família, e também estará se adaptando a um novo espaço e uma nova rotina junto com outras crianças. Minha proposta, no sentido de amenizar o efeito de tantas novidades na vida do bebê, é que se planeje o início de uma ou duas crianças por vez, de forma que o adulto possa dar uma atenção especial a ele e sua mãe nos primeiros dias. Proponho também que se aumente gradualmente o número de horas que a criança fica na creche a cada dia, variando também os períodos (manhã e tarde), caso o turno das educadoras seja de seis horas.”¹⁸.

Essa autora também considera a importância da adaptação da mãe:

“Através da presença planejada da mãe nos primeiros dias do bebê na creche podemos minimizar essa ansiedade e facilitar sua adaptação. O educador poderá ganhar muito do tempo que gastaria para conhecer a criança através das dicas que a mãe fornecer sobre ela, ao mesmo tempo em que a mãe poderá conhecer melhor as pessoas com quem estará deixando seu filho, o lugar e a rotina de atividades que lhe serão oferecidas.”¹⁹.

¹⁸ ABUMANSSUR, 1999, P.16.

¹⁹ Idem.

Esse é considerado um aspecto importante nos dias iniciais da criança na escola: a compreensão e aceitação por parte dos pais de que terão de deixar seu filho confiado à outra pessoa. É uma situação de mudanças tanto para a criança quanto para os pais que deve ser vista com atenção pelas instituições de ensino para que exista a possibilidade de uma vida escolar satisfatória:

“Se a função da escola de educação infantil é, entre outras, proporcionar esse espaço de aprendizagem significativa, subsidiada pelo trabalho de educadores atentos aos movimentos desse processo, o primeiro passo é trabalhar a separação entre pais e filhos, que geralmente está acontecendo pela primeira vez. É o momento da entrada da criança no mundo social mais amplo representado pela escola e cabe à mesma conduzir, orientar esse momento tão importante: o de adaptação de pais e crianças à nova situação, lembrando que uma separação bem elaborada constitui-se em uma ‘marca’ que favorecerá tantas outras que fazem parte da vida.”²⁰.

Buscando elementos sobre o assunto no campo teórico da psicanálise, encontramos nos escritos de Françoise Dolto (1999) algumas considerações feitas a respeito da entrada da criança na escola. Segundo a autora, essa separação deveria responder a certas condições. Como por exemplo, antes de ser deixada na creche aos cuidados de estranhos, a criança deveria aprender a conviver com outras crianças na presença dos pais, seja em local destinado a essa transição, ou de outra forma.

“(...) antes de confiar a criança a alguma instituição que toma conta dela e onde os pais estão ausentes, é absolutamente necessário que haja uma experiência intermediária, e se possível

²⁰ CURY, 1999, p.24.

em local intermediário, onde a criança se habitue a viver com outras crianças. Pois uma criança tem necessidade das outras crianças para vacinar-se contra a agressividade da vida em comunidade, e para estruturar-se. Mas tal experiência deve ser feita na presença da mãe ou do pai, que fica no local, e que tranquiliza a criança sobre sua identidade.”²¹.

Dolto lembra que desde que sai da maternidade a criança já entra em contato com a coletividade, mas isso deve ser feito com os pais. A autora cita a *Maison Verte* como exemplo de lugar intermediário no início da vida social da criança. Trata-se de um local, na França, onde as crianças, com pai ou com a mãe, podem conviver com outras crianças antes da entrada na vida escolar. A criança se depara com a realidade e aos poucos adquire segurança para poder dizer aos pais que já consegue ficar sozinha.

“Isso quer dizer que a criança então está pronta para ir a uma creche comum onde os pais não ficam. Assim, um local intermediário entre a família e a creche, onde ela enfrenta os outros em presença da mãe, permite à criança estruturar-se com o contato de seus amiguinhos. Ela adquire também, o conhecimento de sua identidade e a certeza de ser amada por aqueles de que é oriunda.”²².

Para a autora, não acontecer esse momento de transição é perigoso para a criança.

“O perigo é que a criança tenha uma dupla identidade. Na creche, ela não passa de uma parte num vasto conjunto. E, em casa, é a criança que fica grudada na mãe ou no pai e é incapaz

²¹ DOLTO, 2007, p.45.

²² Idem.

de autonomia. Isso quer dizer que ela não adquiriu sua identidade, pois a criança que adquiriu sua identidade é a mesma onde quer que vá. Essa identidade provém da certeza e da confiança que tem de ser ela mesma, da consciência que tem de seu sexo e de sua idade e do lugar que tem o direito de ocupar no mundo.”²³.

A *Maison Verte* também tem o propósito de um trabalho de prevenção de perturbações relacionais. Inclusive, são recebidas também mães grávidas. Trata-se de uma experiência singular, desenvolvida em um contexto específico, e que ilustra a importância do vínculo com as figuras primordiais como a base para os novos investimentos.

É em função da importância constitutiva do laço afetivo com a mãe, que Dolto pontua a necessidade de um manejo cuidadoso dessa separação, uma vez que a criança está se constituindo psiquicamente, e para separar-se da mãe com tranquilidade precisa construir laços no ambiente da escola para sentir-se segura, pois: “(...) *o que é dramático para uma criança, é estar no meio de outras crianças sem saber mais quem ela é*”.²⁴.

Carvalho (2001) em dissertação de mestrado a respeito da creche fundamentada teoricamente nos pressupostos psicanalíticos, na qual conclui ser a creche um elemento a mais na constituição psíquica, trás considerações sobre a entrada da criança pequena na instituição e o fato disso representar uma separação da figura materna. Ela aborda a separação como um dos momentos fundamentais do processo de estruturação subjetiva. Aliás, abordagem que

²³ DOLTO, 1999, p.46.

²⁴ DOLTO, 1999, p.45

confirma a hipótese inicial de nossa pesquisa e que desenvolveremos com mais detalhes nos próximos capítulos.

Mas se em relação à chegada dos bebês na creche os estudiosos estão de acordo que se trata de uma transição delicada e que requer cuidados, não acontece o mesmo quanto à idade para tal chegada ser o mais satisfatória possível.

Andrea Rapoport (2001) ²⁵ é uma pesquisadora que se dedicou a esse momento da vida escolar. Em suas pesquisas, explorou a questão das reações e mudanças comportamentais das crianças no período de adaptação, com a intenção de entender as implicações para o seu desenvolvimento.

E um dos aspectos que encontramos em seu trabalho é quanto aos variados comportamentos dos bebês de acordo com a idade. Rapoport constatou em pesquisa feita com educadoras de creches que existem diferenças na forma do bebê reagir à separação da mãe nos quatro e cinco meses e nos oito e nove meses.

A autora encontra fundamentações para tais constatações nos estudos de Bowlby (1951) ²⁶ a respeito da ansiedade de separação e na ideia de crise de reaproximação, descrita por Mahler (1982) ²⁷.

Para Bowlby (1951), no período de 6 a 12 meses, “(...) a criança adquire capacidade cognitiva de reter a figura da mãe na memória e assim passa a temer

²⁵ RAPOPORT, 2001.

²⁶ BOWLBY, 1951, apud RAPOPORT, 2001.

²⁷ MAHLER, 1982, apud RAPOPORT, 2001.

*situações e pessoas estranhas, bem como a própria separação da mãe.”*²⁸. O que configuraria para este autor a ansiedade de separação. Por isso os bebês de 8 a 9 meses podem apresentar uma adaptação mais difícil ao chegar à creche em comparação aos de quatro e cinco meses.

No período de 16 a 22 meses as crianças estariam vivenciando a crise da reaproximação, segundo Mahler (1982). *“Neste momento a criança já caminha e procura afastar-se da mãe, o que de um lado lhe dá prazer, mas de outro acarreta ansiedade de separação, fazendo-a retornar à mãe.”*²⁹.

Assim pode-se inferir que para pensar a adaptação de bebês na concepção dos autores citados, a idade da chegada à creche faz toda a diferença: *“(...) a investigação compreensiva da adaptação da criança à creche requer que a idade da criança seja sempre considerada.”*³⁰.

Mas nosso estudo não se aterá às especificidades como a idade de chegada à creche para refletir sobre o momento da entrada. Nossa intenção é pensar a inserção do bebê na creche como um acontecimento psiquicamente estruturante.

De acordo com a bibliografia consultada é possível perceber que a ideia de separação, enquanto um momento traumático e que gera sofrimento, entre mãe e bebê permeia as reflexões. O que faz com que se olhe a creche como uma intrusa, um elemento estranho que viria perturbar a relação natural entre a mãe e filho, um *mal necessário*.

²⁸ BOWLBY, 1951, apud RAPOPORT, 2001.

²⁹ MAHLER, 1982, apud RAPOPORT, 2001.

³⁰ ZAJDEMAN & MINNES, 1991, apud RAPOPORT, 2001, p. 77.

E isso tem origem nas origens da creche. Já relatamos anteriormente que tal instituição nasceu para suprir a ausência forçada da mãe, que necessitava trabalhar. Ou ainda, para amparar os abandonados e enjeitados por serem frutos de relacionamentos fora do núcleo familiar ou como forma do Estado compensar a falta de condições mínimas de sobrevivência das camadas mais pobres da população.

“Acompanhando, em nosso relato histórico, a apresentação das três primeiras fases vividas pela creche – filantrópica, higiênico-sanitarista, de assistência social – inferimos que o que predominou, durante algumas décadas, foi a imagem da criança atrelada a essa instituição como sendo abandonada, descuidada, debilitada, ameaçada e desamparada. São atributos que supomos estarem diretamente vinculados a preocupações como proteção, sobrevivência e redução de mortalidade.”³¹.

Nas últimas décadas, sabemos que ocorreram mudanças em relação a concepção de criança e logo isso se refletiu, inclusive com medidas oficiais, na forma de atendimento oferecido na creche. As preocupações hoje são outras: interação social, desenvolvimento cognitivo, construção da cidadania, socialização. Mas o imaginário social que considera a creche como um mal necessário, ou seja, está impregnado com as representações discursivas que acompanharam o surgimento desta instituição, parece emergir sempre que uma criança chega à creche pela primeira vez. A creche parece ter a função de abalar, *separar* uma relação *harmoniosa, natural*, que seria a da mãe com seu bebê. Ou ainda, substituir a mãe.

³¹ CARVALHO, 2001, p. 46.

Envolvida por esse imaginário, a creche sustenta um lugar de quem está separando uma relação tida como natural. Vê essa chegada da criança ao mundo público como uma desnaturalização da relação da criança com o núcleo familiar. E considerando-se o agente desta desnaturalização, passa a empreender uma busca por artifícios para saturar/minimizar as manifestações que são consequências deste “*mal necessário*”: o choro e a insegurança dos pais.

Mas não seria a humanização arbitrária em si mesma? Será que o choro da criança ao se deparar com o que lhe é estranho e a insegurança dos pais, pontos que tanto angustiam os educadores e mobilizam as instituições, estão ligados à origem da creche e ao *discurso negativo* atrelado a essa origem? Ou seria a expressão de um *mal-estar* inerente ao enfrentamento do diferente pela criança e ao fato dos pais darem-se conta de que não podem a tudo prover?

Diante dessas questões arriscamos mais uma: seria possível pensar a inserção do bebê no mundo público para além dos critérios da pedagogia apoiados nos recursos cognitivos de compreensão? É o que pretendemos entender com a ajuda das considerações psicanalíticas referentes à constituição subjetiva e a construção do Outro, problemática na qual o bebê está imerso ao chegar à creche.

3. A PSICANÁLISE E OS BEBÊS

3.1 A constituição subjetiva

Tendo como objetivo principal deste trabalho entender o significado para a criança em fase de estruturação psíquica do afastamento da figura materna a partir de elementos teóricos tomados emprestados da Psicanálise, é fundamental que se inicie pela constituição subjetiva.

A noção de sujeito psíquico entendido como aquele que se constitui a partir do encontro com outros que permitem a entrada desta criança no campo social, anterior a sua própria existência - como a família e o desejo dos pais - e as intercorrências da trajetória de cada criança, pode “(...) *ser concebido como um elemento organizador do desenvolvimento da criança em todas as suas vertentes, física, psicomotora, cognitiva e psíquica.*”³².

Abordaremos a constituição subjetiva com base na teoria psicanalítica, sem a intenção de esgotar o assunto, mas buscando construir um contexto teórico para o momento de transição vivenciado pelo bebê na chegada à creche.

O bebê que vivencia sua primeira experiência escolar encontra-se em pleno momento de construção da subjetividade. Para entender essa transição vamos buscar elementos teóricos na constituição psíquica a partir das concepções de Freud e Lacan e tendo como apoio, comentadores que se ocuparam do assunto e em alguns casos articularam a teoria psicanalítica com o campo da Educação.

³² JERUSALINSKY, et al, 2009.

Lacan em sua releitura de Freud, para pensar a constituição do sujeito, partiu da noção de complexo e das vivências sociais estabelecidas no âmbito familiar. Escreveu, a pedido de Henri Wallon, com o objetivo de incluir na *Encyclopédie Française* dedicada à vida mental, e publicado em 1938, um texto sobre *Os Complexos Familiares* dividindo tais complexos em Complexo do desmame, Complexo de intrusão e Complexo de Édipo.

Para Freud, o complexo é essencialmente inconsciente e capaz de se revelar nos atos falhos, nos sonhos e sintomas. Ele é tido como um organizador do psiquismo e será a partir dessa noção articulada com as interações familiares, com a relação inicialmente dual com a figura materna, com a representação da imago materna – Estádio do Espelho- que Lacan irá desenvolver sua teoria a cerca da constituição do sujeito.

Para vivenciar o complexo do desmame, o primeiro dos três complexos de que fala Lacan o bebê necessita alcançar as condições psíquicas necessárias, ou seja, internalizar a imago materna se alienando ao cuidador primordial para depois separar-se dele.

Para isso é imprescindível que antes esse bebê tenha sido investido libidinalmente por um adulto, o outro primordial, que normalmente é a mãe, mas que pode ser outro cuidador que se ocupe da criança. Este deverá interpretar as reações motoras do bebê como dotadas de sentido, supondo ali um sujeito. O

choro do bebê ganhará um significado e o outro primordial responderá a esse choro com uma entonação de voz muito particular, o “manhês”.³³.

Mas a entonação da voz é apenas um dos aspectos considerados fundamentais nesta relação do outro primordial com o bebê. O sentido conferido pelo outro primordial às reações do recém-nascido faz com que as descargas motoras, que Freud (1985) se referia, sejam escutadas como solicitações de cuidados. A mãe interpreta o choro de seu bebê como sendo de fome, frio, dor.

Ao interagir com o bebê em momentos de cuidados, nos quais manuseia o corpo da criança e nomeia suas partes, o adulto cuidador favorece o surgimento de um corpo, onde se vê apenas um organismo e assim se dá a organização pulsional no corpo do bebê. A mãe ao erogenizar o corpo da criança, o organiza psiquicamente.

Freud (1985) em *“Projeto para uma psicologia científica”*, tratou dessa relação primordial entre a mãe e seu bebê ao se referir à primeira experiência de satisfação. O bebê humano ao nascer é incapaz de eliminar a tensão fisiológica que se apresenta em seu organismo e para isso necessita da intervenção externa, de ações específicas, que devem partir de um adulto que esteja atento à criança.

E esse investimento, essa suposição que dota de sentido as reações motoras do bebê acontece porque a criança já existia enquanto sujeito para a mãe e os outros adultos ligados a ela. Existe uma pré-história na vida de um sujeito que antecede a sua existência física. Assim, já existindo na linguagem,

³³ KUPFER, et al, 2009.

sendo falado e nomeado por seus pais, o recém-nascido poderá advir enquanto sujeito desejante a partir da relação com o outro.

Então os choros passam a ter significados, a mãe supõe que podem ser de dor, fome, sono e essa antecipação tem efeitos no bebê, causam prazer em função do tom melodioso da voz, o que faz a criança buscar corresponder ao que foi suposto. Assim, a mãe supõe um sujeito aonde ele ainda *virá a ser*. O bebê responde a essa interpretação de suas reações pela mãe, alienando-se a ela.

“Essa antecipação causa grande prazer ao bebê, já que ela vem acompanhada de uma manifestação jubilatória da mãe – são palavras carregadas de uma musicalidade prazerosa, chamadas de mamanhês (Ferreira, 1997; Laznik, 2000), o que fará o bebê “buscar” corresponder ao que foi antecipado sobre ele. Ao realizar essa tentativa, trará de volta o efeito de prazer vivido por ele quando ocorreu a antecipação materna – o esgar traduzido pela mãe como um sorriso passará a ser de fato um sorriso.”³⁴.

As reações motoras involuntárias do bebê recém-nascido, ao serem reconhecidas pela mãe como um pedido, configuram-se em uma demanda:

“(...) para a psicanálise, sempre uma demanda de amor – desse sujeito a todos com quem vier a relacionar-se. Essa demanda estará na base de toda a atividade posterior de linguagem e de relação com os outros.”³⁵.

³⁴ KUPFER, et al, 2009, p.54.

³⁵ KUPFER, et al, 2009, p.55.

Podemos nos remeter a esse momento de total identificação com o outro primordial utilizando a formulação lacaniana de alienação. Lacan (1964), no Seminário 11, *Os quatro conceitos fundamentais de psicanálise*, apresenta os conceitos de alienação e separação como operações fundantes do psiquismo.

A alienação seria a primeira operação na qual se funda o sujeito. Para Lacan a primeira alienação representa a entrada do homem na via da escravidão. *“A liberdade ou a vida! Se ele escolhe a liberdade, pronto, ele perde as duas imediatamente – se ele escolhe a vida, tem a vida amputada da liberdade.”*³⁶ Lacan se refere ao fato de que, para ele, o homem está desde antes do nascimento alienado na linguagem, é um ser de linguagem. Somente poderá tornar-se um sujeito ao acessar o registro do simbólico e isso se dá por meio do *campo discursivo*³⁷ que se estabelece entre o recém-nascido e o outro primordial. *“O sentido emerge no campo do Outro”*.³⁸

“Ele sofre determinações desse sistema simbólico que é a linguagem, e ingressará nesta ordem simbólica a partir da relação com o Outro – num primeiro momento, presentificado pela mãe – que vai *falar* com ele, oferecendo-lhe significantes que o constituirão.”³⁹

Mas para que o acesso ao registro do simbólico se efetive, se faz necessário a ocorrência do segundo tempo, ou seja, a segunda operação que funda o sujeito: a separação. *“Enquanto que o primeiro tempo está fundado na*

³⁶ LACAN, 1964, p. 201.

³⁷ Expressão utilizada por CARVALHO, M. T. V., 2001, em substituição à *relação* entre mãe-bebê.

³⁸ BRUDER & BRAUER, 2007, p.515.

³⁹ BRUDER & BRAUER, 2007, p.516.

subestrutura da reunião, o segundo está fundado na subestrutura que chamamos interseção ou produto” ⁴⁰.

A noção de interseção, que seria o ponto comum entre dois conjuntos, se trata aqui do recobrimento de duas faltas. Uma é a sua própria falta e a outra é a falta que o sujeito encontra no Outro. *“Uma falta recobre a outra. Daí, a dialética dos objetos do desejo, no que ela faz a junção do desejo do sujeito com o desejo do Outro”*. ⁴¹.

Ao se separar da relação alienante com a figura materna, por exemplo, a criança poderá então simbolizar esta figura, conservando representações/marcas psíquicas desta relação em seu aparelho psíquico, que seriam o produto desta relação, e que permitem a ele advir como sujeito. Para Lacan (1964), a palavra separação remeteria a um “engendrar-se”, o que para Bruder & Brauer (2007), promoveria algum acesso à liberdade, ainda que limitada.

Neste ponto o sujeito então retornaria ao ponto inicial, que é o da sua própria falta e que o levaria a alienar-se novamente. Assim, alienação e separação não são fases estáticas, elas se alternam e se complementam enquanto operações fundantes do psiquismo.

Retornando aos complexos lacanianos, temos o Complexo do desmame no qual acontece a introdução da imago materna e a criança passa a reconhecer que alguém cuida dela. Lacan não refere esse complexo em função da amamentação, mas em relação ao outro cuidador, e a existência desse outro. Inicialmente a

⁴⁰ LACAN, 1964, p. 202.

⁴¹ LACAN, 1964, p. 203.

criança não tem noção do corpo próprio, e o complexo do desmame vai propiciar o surgimento da imago corporal, uma imago que é formada a partir do contato com o outro primordial, que ao cuidar do bebê faz com que este se perceba enquanto um corpo com necessidades e desejos.

No complexo de intrusão o sujeito passa a ter ideia do outro, dos semelhantes. O sentimento que domina é o do ciúme e nessa etapa forma-se a imago do semelhante. O complexo de intrusão coincide com o momento inicial do estágio do espelho. É intermediário entre o complexo do desmame e o complexo de Édipo. Aqui ainda persiste a relação fusional com o outro no plano imaginário. Este complexo diz respeito ao fato de se “(...) reconhecer em um grupo familiar, em relação à presença de irmãos, no qual pode vir a assumir diferentes posições ou lugares.”⁴².

Neste período considerado de transição – o transitivismo - a criança alterna as ações dela e do outro, ela faz e recebe a ação, por exemplo, ela bate no outro e diz que o outro bateu nela. Existe uma falta de percepção de limites, o sujeito se confunde com o outro. Nessa época a criança quer o brinquedo que está com o outro, não adianta oferecer-lhe outro igual.

Então, a partir do estágio do espelho é que a criança vai começar a construir, pelo viés do olhar do outro, uma imagem de si. E passa a se reconhecer de uma forma mais distanciada do outro.

Do ponto de vista lacaniano, o estágio do espelho seria um drama para a criança no qual um impulso interno precipita-se de uma condição de insuficiência

⁴² BASTOS, 2003, p. 99.

para uma de antecipação. Insuficiência por remeter à falta de representação do próprio corpo pela criança e antecipação, pois a imagem que a criança vê é uma imagem construída antecipadamente pelo olhar do outro.

Para Lacan (1998), não se trata do corpo real, mas da internalização da imagem do próprio corpo. E essa imagem é vista por intermédio do olhar que o outro primordial lhe oferta, pois o que a criança introjeta é a imagem que a família construiu dela. Assim, Lacan lembra que o que é decisivo na apreensão pela criança da imagem especular, é o caráter ilusório, criado, ou contornado, pelo desejo e ideais familiares.

Assim o estágio do espelho é um momento no qual a criança passa a ter noção do próprio corpo e de si, a partir de uma imagem falsa, construída pelo outro e que volta para a criança como um reflexo no espelho.

Para Bastos (2003), o estágio do espelho pode ser resumido em três momentos distintos. Num primeiro momento existe um assujeitamento ao registro imaginário e acontece a conquista gradativa da imagem do próprio corpo a partir de uma confusão entre si e o outro. Num segundo momento acontece a discriminação da imagem, é possível diferenciar o outro real e sua imagem no espelho. No terceiro momento, além de diferenciar a imagem do corpo real, passa a perceber que se trata da sua imagem, do seu corpo.

Porém, a separação inerente ao complexo do desmame não acontece de forma abrupta, repentina. Para chegar-se a ela, o bebê vivencia um processo de elaboração da alternância entre a presença e a ausência da figura materna, que o levará a desenvolver uma representação psíquica da figura materna para suportar

os espaços de ausência, simbolizando essa figura, conforme já foi comentado a respeito da operação de separação.

“A ausência materna marcará toda ausência humana como um acontecimento existencial, digno de nota, obrigando a criança a desenvolver um dispositivo subjetivo para a sua simbolização.”⁴³.

Dessa forma a presença materna passará a não ser apenas física, mas principalmente simbólica.

Freud, em *Além do princípio do prazer* (1920) relata a observação que fez de um menininho brincando de jogar seus brinquedos para fora de seu campo de visão. Enquanto atirava os brinquedos emitia um som de “oooo” demonstrando interesse e satisfação. Para Freud esse som representava a palavra alemã “Fort”. Freud supôs que o menino brincava de “ir embora” jogando seus brinquedos. Mais tarde observou uma repetição do jogo que trazia uma parte inédita e que confirmou suas suposições: o menino utilizava um carretel com linha, o qual arremessava por sobre a borda da cama encortinada, de forma que o mesmo desaparecia. Esse ato era acompanhado do som “oooo”. Então o menino puxava o barbante fazendo o carretel reaparecer, e então dizia demonstrando alegria: “dá” (Ali). Para Freud essa era a versão completa da brincadeira: desaparecimento e retorno.

Este jogo representa uma forma encontrada pela criança de aceitar a ausência da mãe, podendo deixar o lugar passivo de ter sido deixado para agir

⁴³ KUPFER, et al, 2009, p.55.

ativamente ao simbolizá-la com o jogo de arremessar e puxar o carretel, revelando prazer em fazer isso, o que para Freud representaria a criança deixando a mãe ir embora e trazendo-a de volta de acordo com sua vontade. Para Lacan (1938), o *Fort-Dá* significa a reprodução pela criança do processo do desmame e representa o triunfo do sujeito sobre esse complexo, ao comandar sua reprodução de forma ativa.

Podemos relacionar a falta vivenciada pelo bebê com a ausência da mãe com a frustração, um dos três estatutos da falta a que Lacan se refere no Seminário IV, *A relação de objeto*. Neste texto o autor faz menção a formas de substituição da falta do objeto, por meio dos três diferentes estatutos da falta: a privação, a frustração e a castração. Para Lacan, a frustração se trata da modalidade imaginária da falta, onde o objeto é real e o agente, a mãe, é simbólico.

O terceiro complexo lacaniano, o complexo de Édipo, não diverge do que encontramos em Freud, em *A Dissolução do Complexo de Édipo* (1924). É a fase em que a criança, até agora alienada numa relação dual e imaginária com a mãe, percebe uma terceira pessoa, a figura do pai, como interditora da sua relação de fusão com a mãe.

Nessa circunstância a criança desenvolve sentimentos de frustração para com o progenitor do mesmo sexo, rivalizando com ele e a ele se identificando. O progenitor do mesmo sexo é o agente da interdição sexual, que impede a satisfação incestuosa. Neste momento a criança toma partido da sua orientação sexual e ascende ao registro simbólico.

Para Freud (1924), a angústia de castração é a desencadeadora do complexo edípico. Para ele a castração é vivenciada de formas distintas em ambos os sexos, mas num primeiro momento tanto o menino quanto a menina acreditam na premissa universal do falo. Trata-se do período da primazia fálica no qual ambos os sexos acreditam que existe apenas um órgão genital, o masculino.

No menino ela começa a ser gestada inconscientemente quando esse tem o seu órgão genital ameaçado imaginariamente pelos pais ou por pessoas que cuidam dele devido à manipulação do órgão feita pela criança. A masturbação, segundo Freud, constitui uma descarga genital da excitação sexual pertinente ao complexo de Édipo. Porém, essa angústia se manifestará apenas mais tarde, como foi constatado na análise do pequeno Hans, em que a ameaça verbal proferida por sua mãe foi “(...) *precipitadamente banida dos seus pensamentos e só conseguiu tornar seus efeitos aparentes num período posterior*” ⁴⁴.

De acordo com Freud, o menino desconsidera tal ameaça, pois desconhece a diferença anatômica dos sexos e não dispõe de elementos para acreditar que a advertência possa representar algum perigo. A mesma terá efeitos quando a criança não puder mais ignorar a diferença anatômica entre os sexos, quando descobrir que a mãe, assim como as outras mulheres, não possuem um pênis, desse modo a ameaça retornará associada a esta nova situação que fará eclodir a angústia de castração com o medo de perder o órgão genital.

O menino acredita que todos possuem um órgão igual ao seu, mas em determinado momento irá se deparar com a visualização do órgão genital de sua

⁴⁴ FREUD, 1996, p.99.

irmã, ou mesmo de uma amiga de brincadeiras. A partir desse momento, meninos e meninas começam a trilhar caminhos diferentes. E isso se deve à forma singular de ambos se posicionarem perante a diferença anatômica dos sexos. Diante dessa diferença que observa no genital da menina em relação ao seu próprio órgão prefere acreditar que se refere apenas ao tamanho: é um pênis pequeno que crescerá. O pequeno Hans ao observar sua irmã ser banhada fez essa observação.

E assim persiste o falo, como a premissa universal do pênis, mas neste momento o menino passa a associar a “atrofia” do genital da menina às aquelas antigas admoestações verbais em relação ao seu comportamento para com o seu pênis. Então supõe que a menina teve o seu órgão castrado por ter feito algo desprezível. O perigo até agora negligenciado passa a ser considerado: se existem pessoas sem pênis é porque o perderam e ele também poderá perder o seu. Nesta fase, a mãe e as mulheres, para ele, respeitáveis ainda detêm o falo.

Porém, suas investigações não cessam e ao se ocupar da questão da origem dos bebês, constatará que também a mãe não possui pênis e então eclodirá a angústia de castração: *“quando a criança retoma os problemas da origem e nascimento dos bebês, e adivinha que apenas as mulheres podem dar-lhes nascimento, somente então também a mãe perde o seu pênis.”*⁴⁵.

Inconscientemente o menino passa a temer pela integridade de seu órgão genital, e esse temor agora ganha sentido, pois a constatação da falta na mãe evoca a lembrança das ameaças verbais antes desconsideradas.

⁴⁵ FREUD, 1909, p.183.

Nesse momento, o menino que sustenta uma atitude edipiana em relação aos pais, deseja ocupar o lugar do pai junto à mãe e supõe vagamente que o pênis deve ter lugar numa relação erótica satisfatória, suposições essas sustentadas devido às sensações que experimentou ao manipular seu órgão genital, passa a reconhecer a impossibilidade de satisfazer seus desejos incestuosos e também a ameaça de castração:

“Agora, porém, sua aceitação da possibilidade de castração, seu reconhecimento de que as mulheres eram castradas, punha fim às suas maneiras possíveis de obter satisfação do complexo de Édipo, de vez que ambas acarretam a perda de seu pênis - a masculina como uma punição resultante e a feminina como precondição. - Se a satisfação do amor no campo do Complexo de Édipo deve custar à criança o pênis, está fadado a surgir um conflito entre seu interesse narcísico nessa parte de seu corpo e a catexia libidinal de seus objetos parentais. Nesse conflito, triunfa normalmente, a primeira dessas forças: o ego da criança volta às costas ao complexo de Édipo.”⁴⁶.

Então, ao vivenciar o dilema entre a renúncia à mãe como objeto sexualmente investido e a perda do seu órgão genital, o menino, apoiado em seu narcisismo, aceita a interdição do incesto imposta pela lei paterna, visando salvar o seu pênis. Resolve o complexo de Édipo, que de acordo com Freud, numa situação ideal é abolido completamente, e deixa emergir assim a instância psíquica Superego, entrando, após esse estabelecimento, no período de latência.

Já a menina não sofre as ameaças castradoras por parte do pai, nela o complexo de castração prepara o nascimento do Complexo de Édipo e não a sua

⁴⁶ FREUD, 1976, p. 221.

resolução. A menina se separa da mãe, não por sentir-se ameaçada, mas por experimentar sentimentos hostis em relação à figura materna ao verificar que a mãe é castrada. Então elege o pai como objeto de amor, entrando em seu Complexo de Édipo, que terá o curso de seu desenvolvimento posterior definido pelo posicionamento que a menina vier a ter em relação à falta do órgão masculino.

Independente da diferença na forma de passar por esse complexo para ambos os sexos, meninos e meninas deverão se assujeitar à inscrição da Lei interditora do incesto, ao reconhecimento da função simbólica do Nome do pai, que na organização psíquica virá substituir o significante do desejo da mãe.

Assim, o objeto fundamental do desejo é recalcado, mas o seu significante persistirá no inconsciente e insistirá em se representar na busca de objetos substitutos. Dessa forma o sujeito acende ao universo simbólico, separando-se da mãe, da relação dual e imaginária, e passa a eleger outros objetos na busca da satisfação do desejo.

Com o declínio do complexo edípico para o menino e com a entrada da menina neste complexo, situações que ocorrem em função da instalação e operação da função paterna, pode-se supor uma consolidação dos eventos fundamentais da constituição da subjetividade que acontecem durante a infância. Digo *eventos fundamentais*, pois o sujeito nunca deixa de constituir-se, de vir a ser.

E assim temos os principais eventos da constituição da subjetividade. Importante ressaltar que os acontecimentos aos quais nos referimos como a

suposição do sujeito e estabelecimento da demanda, alternância presença-ausência e estabelecimento e operação da função paterna⁴⁷, que concorrem para a estruturação do psiquismo, não ocorrem numa determinada sequência, mas organizam as ações da mãe em torno do bebê as quais permitem que este se torne um sujeito.

3.2. As funções materna e paterna

Uma mulher ao ter um filho supõe que o mesmo venha suprir uma falta e por isso o deseja. Mas ela deve em algum momento perceber que o bebê não obtura o desejo e que o desejo vai além. Para que isso aconteça, alguém deverá marcar esse limite, permitindo a essa mulher buscar outros objetos e ao bebê constituir-se desejante, desalienando-se dessa relação dual e primordial, buscando estabelecer novos laços.

Mas como ocorre esse movimento psíquico que desaliena a criança da relação com o outro primordial e permite o acesso ao universo simbólico, operando inclusive mudanças na forma de expressar-se verbalmente, marcando com esse momento a aquisição da linguagem?

A operação de alienação à figura materna é fundante do psiquismo, como já vimos anteriormente, porém, para que a função materna possa se cumprir, ela

⁴⁷ Termos utilizados na pesquisa IRDI (PESARO, 2010) para organizar didaticamente a constituição da subjetividade.

necessita da operação da função inversa: a função paterna. É a função paterna que será a operadora da separação - a segunda operação fundante – desalienando a criança à fala do Outro e permitindo sua emergência enquanto sujeito.

É a função paterna que coloca em ação a operação edípica, instaurando limites para a mãe em relação ao filho e mostrando ao filho a possibilidade de ir além, elegendo novos objetos de investimento.

Para que uma mulher, uma mãe, possa cumprir essa função,

“(...) é necessário que alguém marque para ela que este supostamente que o filho poderia preencher aí só é suposto mesmo, já que, para que ele não se perca como sujeito, ela deve suportar perdê-lo, deixá-lo crescer.”⁴⁸.

Quem opera essa separação, é o encarnante da função paterna. Em linhas gerais, essa função é sustentada pelo pai, o terceiro imediato na relação dual mãe-bebê. Mas para Crespin, existe um movimento dialético na sustentação de tais funções, uma mãe pode sustentar a função paterna em determinadas situações assim como um pai poderá estar no lugar da função materna em algumas circunstâncias. Para ela, “(...) *o que chamamos de pai e mãe, ou melhor, suas funções, são duas vertentes do laço primordial, duas modalidades diferentes de entrar em contato como bebê e seu Outro da relação.*”⁴⁹.

⁴⁸ BERNARDINO, 2006, p. 32.

⁴⁹ CRESPIN, 2004, p.28.

Para essa autora, esse laço primordial somente poderá ser portador de qualidades necessárias ao desenvolvimento do psiquismo do bebê quando comportar as duas vertentes, e que elas estejam numa articulação dialética.

Para Crespín, o homem encarna mais facilmente a função paterna, por que de início para ele o bebê é um *outro*, ele não gesta e nem amamenta e assim não pensa o bebê como parte dele mesmo. Não existe entre eles essa relação corporal que se dá com a mãe em função da gestação e depois da amamentação.

“A função paterna é um operador psíquico da separação. O laço primordial, na sua vertente paterna, introduz um corte. Ele corresponde à capacidade separadora do pai e à sua função reguladora da onipotência primordial da mãe.”⁵⁰.

Crespín (2004) relaciona essas funções, concebidas dessa forma alternada, com as operações fundamentais da alienação e separação fundadoras do psiquismo de que fala Lacan. Seria da articulação dialética de tais funções, que para a autora são antagonistas e complementares, que resultariam as trocas satisfatórias e constituintes para/e com o bebê.

Enquanto alienação e separação são as operações fundadoras do psiquismo, os encarnantes das funções materna e paterna seriam seus agentes.

Assim, essas funções poderiam ser sustentadas tanto pelo homem quanto pela mulher. A mãe poderia estar na posição de função paterna e o pai na de

⁵⁰ CRESPIN, 2004, p.29.

função materna. Quando, por exemplo, uma mãe organiza respostas para o bebê a partir da projeção de desejos semelhantes aos seus, ela se posiciona na vertente materna. Já quando ela admite que a criança seja diferente dela e respeita sua recusa em relação ao que ela lhe oferta, ela se posiciona na vertente paterna.

“A vertente paterna introduz um limite ao gozo materno, articulado à onipotência primordial: graças a ele, o bebê deixa seu estatuto de ser uma parte da mãe, e não se faz mais tão previsível, totalmente compreensível, totalmente em seu poder. A função paterna introduz a dimensão da alteridade e garante assim o espaço para que o psiquismo da criança possa se desenvolver.”

⁵¹

A operação da função paterna permite ao sujeito o acesso ao universo simbólico, é condição para a evolução psíquica e promove o sujeito a sujeito desejante.

Ao mesmo tempo, a entrada no registro simbólico representa uma alienação do desejo ao campo da linguagem, trazendo a questão da impossibilidade da satisfação, instaurando a dimensão da falta e da divisão do sujeito, enquanto assujeitado à lógica inconsciente.

⁵¹ CRESPIIN, 2004, p.31.

3.3 A construção do Outro para o bebê

A noção de *campo do Outro* é encontrada em Lacan no Seminário 11 – Os *quatro conceitos fundamentais de Psicanálise*. O autor utiliza essa terminologia para designar:

“(…) um lugar simbólico – o significante, a lei, a linguagem, o inconsciente, ou, ainda, Deus – que determina o sujeito, ora de maneira ultra-subjetiva em sua relação com o desejo. Pode ser simplesmente escrito com maiúscula, opondo-se então a um outro com letra minúscula, definido como outro imaginário ou lugar da alteridade especular. Mas pode também receber a grafia grande Outro ou grande A, opondo-se então quer ao pequeno outro, quer ao pequeno a, definido como objeto (pequeno)a.”⁵².

O campo do Outro, enquanto ordem simbólica que determina o sujeito, não se restringe ao casal parental e é pré-existente ao nascimento. A ideia de uma ordem pré-existente ao recém-nascido já estava nos escritos freudianos:

“Essa questão já estava colocada em Freud tanto em *Três ensaios sobre a teoria sexual*, como em *Psicologia das massas*. No primeiro texto, Freud já apontava para um plano anterior, que precede ao da interação mãe-bebê, correspondente à pré-história, à filogênese, ao mito ou ao fantasma. No segundo texto, Freud ressalta que há uma incorporação prévia do pai pelo bebê anterior à relação física da mãe com o bebê.”⁵³.

⁵² ROUDINESCO, 1944, p. 558.

⁵³ PESARO, 2010, p.28.

Na medida em que existia simbolicamente nos planos de seus pais, o bebê era enredado pelas marcas do campo do Outro no qual esses adultos estavam mergulhados e que determinava o desejo dos mesmos.

Sendo o campo do Outro definido como um lugar simbólico que ultrapassa o casal parental, que o envolve de tal forma a ser transmitido pelo desejo do mesmo ao recém-nascido, - e que esse lugar simbólico engloba a lei, a linguagem, o inconsciente, Deus, ou seja, trata-se da cultura de um povo - podemos afirmar que a escola, a função do educador, é parte desse grande Outro.

Embora esse grande Outro enrede a criança mesmo antes de sua existência biológica, o contrário não acontece da mesma forma: o recém-nascido não se apropria imediatamente de todo esse universo simbólico que o precede. Não nasce conhecendo as leis, os hábitos e costumes de sua cultura nem falando a língua de seu país. O campo do Outro sujeita o recém-nascido/chegado por meio do desejo dos pais, da linguagem e da cultura na qual nasceu, mas ele terá que dele se apropriar para torná-lo seu.

Cabe aqui a conhecida frase de Goethe: *“Aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu”*. Freud (1912-1914) se utilizou dela para fazer-se entender a respeito da herança de disposições psíquicas como um meio de transmissão de estados mentais de uma geração à outra. Mas como um bebê poderá conquistar um lugar no campo do Outro?

A conquista de um lugar no campo do Outro para um recém-nascido se confunde com a constituição de sua subjetividade. Falar de constituição subjetiva

é falar de construção do Outro e vice-versa. Para tornar-se um sujeito, o bebê terá de alcançar o registro do simbólico, lá onde se encontra o grande Outro.

O primeiro momento da constituição subjetiva, representada na psicanálise por uma relação alienante entre mãe-bebê, tem início no investimento libidinal do outro⁵⁴ primordial – a mãe – que permite à criança organizar sua experiência de vida. É pela voz, pelo toque e pelo olhar da mãe, a qual vê nas primeiras reações motoras do bebê uma demanda por algo: necessita de alimento, de cuidados higiênicos ou mesmo de companhia, que se abre caminho para uma identificação do recém-nascido com a figura materna.

A interpretação feita pela mãe, atravessada por seu desejo, pois muito provavelmente esta mulher entenderá os pedidos de seu pequeno a partir dos significantes inconscientes da época quando também era um bebê e por sua vez foi cuidada por sua mãe, dota de sentido os sons e movimentos mecânicos vindos do bebê. A mãe, o pequeno outro, filtra de certa forma os significantes advindos do grande Outro, no qual ela encontra-se mergulhada e alienada. O conteúdo que chega ao bebê vem interpretado pela problemática psíquica da mãe.

Na relação da criança com o pequeno outro representado pela figura da mãe, primeiramente, o bebê não se distingue como alguém separado deste outro. Está alienado às palavras da mãe e ainda não construiu a imagem do próprio corpo. Esta questão se desenrola satisfatoriamente com a identificação do bebê,

⁵⁴ Grafado com o minúsculo quando se referir à relação do sujeito com outro semelhante. Utilizaremos Outro com O maiúsculo quando nos referirmos ao registro simbólico, conforme a definição lacaniana.

no desenrolar do estágio do espelho, à imagem refletida no olhar e nas palavras da mãe.

Estádio do espelho foi a nomenclatura proposta por Lacan, subsidiada em estudos anteriores realizados por Henri Wallon, para nomear o movimento identificatório do bebê à sua própria imagem no contexto da relação imaginária com a figura materna. Ao passar pelo estágio do espelho, a criança passa a reconhecer-se como alguém separado da imagem materna, começa a reconhecer o outro como algo separado de si mesmo. Na linguagem lacaniana, a relação dual do bebê com o cuidador primordial é uma relação no plano imaginário⁵⁵.

Assim a problemática especular, no seu desenrolar, acaba tendo para a criança um efeito de corte na alienação à figura materna. A criança num primeiro momento, não se experimenta como sendo esse bebê para quem sua mãe sorri e com quem conversa com tanta animação. Não se reconhece na imagem do espelho, acredita tratar-se de outra criança, um terceiro que está se intrometendo na sua relação com sua mãe. Para resolver o problema, identifica-se à imagem do espelho, ou à imagem que lhe é devolvida pela mãe, com a intenção de recuperar o seu lugar supostamente perdido para o bebê do espelho.

“A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem nesse estágio de *infans* parecer-nos-á, pois, manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes

⁵⁵ Refere-se aos três registros da teoria lacaniana; imaginário, simbólico e real.

que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito.”

⁵⁶.

Aqui podemos dizer que o bebê começa a tomar para si um lugar no campo do Outro, na medida em que se identifica com essa imagem que sua mãe aprecia - se aprecia é por que diz respeito ao seu desejo, recortado no campo do Outro ao qual ela está assujeitada - para poder recuperar o amor materno. “*Desse modo realiza-se a identificação primordial na qual a imagem do corpo, sua representação em uma totalidade, é estruturante para a identidade do sujeito.*” ⁵⁷.

O bebê do espelho, recortado no desejo da mãe, determinado pelas variáveis que compõe o grande Outro para ela, tem um efeito constituinte, mas também interditor na relação imaginária mãe-bebê e abre o domínio do simbólico para a criança. Constituinte, pois permite ao bebê reconhecer-se e perceber o outro. Interdutor, pois ele percebe que o desejo da mãe pode se voltar a outras direções e cabe a ele esforçar-se para recuperá-lo.

“Esse momento em que se conclui o estágio do espelho inaugura, pela identificação com a imago do semelhante e pelo drama do ciúme primordial, (tão bem ressaltado pela escola de Charlotte Buhler nos fenômenos de transitivismo infantil), a dialética que desde então liga o eu a situações socialmente elaboradas” ⁵⁸.

⁵⁶ LACAN, 1998, p.97.

⁵⁷ BASTOS, 2003, p. 104.

⁵⁸ LACAN, 1998, p.101.

Bernardino (2006) ao se referir à família como transmissora do sistema simbólico que precede o nascimento biológico do bebê, afirma que é a linguagem que “adquire” o bebê e não o bebê que adquire a linguagem. *“Todo sujeito humano constitui-se a partir do encontro entre um organismo e a linguagem, pela intermediação de um cuidador privilegiado”* ⁵⁹. A autora está se referindo aqui à questão lacaniana da alienação do bebê a um significante na enunciação da fala do outro. A alienação à linguagem como outra forma de se referir à alienação do pequeno ao discurso materno. A criança terá de realizar um movimento psíquico para se separar e então poder falar por si, adquirindo então a linguagem.

Lajonquière (2010) se refere à enunciação do pronome pessoal EU, por volta dos dois e três anos de idade, como o momento que marca essa virada na posição da criança em relação à linguagem:

“O fato de enunciar EU indica a conquista de um lugar de enunciação no interior do campo da palavra e da linguagem. Sua enunciação se torna possível por que a criança começou a se fazer “alguém”, adquirindo certo “ser”, certa consistência – simbólica e imaginária- no campo da linguagem que não é outra que aquela que a sujeição à própria palavra outorga ao significante.” ⁶⁰.

O que vem a seguir, na trajetória do bebê em busca do seu lugar no mundo, nos mostra que a relação dual com a figura materna, importante para a

⁵⁹ BERNARDINO, 2006, p. 27

⁶⁰ LAJONQUIÈRE, 2010, p. 103.

criança, mas que a torna objeto do desejo da mãe, começa a encontrar limites para que o desejo da criança possa ter espaço para advir.

Esse limite se consolida por meio da operação da função paterna, a qual restringe a exclusividade entre mãe e bebê, a exemplo do que acontece com a criança do espelho. Por meio da identificação que ocorrerá entre criança e a figura paterna no contexto da problemática edípica, virá a possibilidade de outros investimentos, norteados pelas características das identificações primordiais.

Com a identificação à figura paterna, tem origem a instância psíquica superegóica – Superego – a qual guardará em si o que a criança recebeu do casal parental em relação à cultura e à lei. Esse superego regulará as identificações futuras. Freud definiu a ação do Superego na vida do sujeito assim:

“Durante toda a vida posterior, ele representa a influência da infância de uma pessoa, do cuidado e da educação que lhe foram dados pelos pais e de sua dependência destes – uma infância que é tão grandemente prolongada, nos seres humanos, por uma vida familiar em comum. E, em tudo isso, não são apenas as qualidades pessoais desses pais que se fazem sentir, mas também tudo o que teve um efeito determinante sobre eles próprios, os gostos e padrões da classe social em que viveram e as disposições e tradições inatas da raça da qual se originaram.”

⁶¹.

A criança agora está inscrita numa ordem simbólica, e terá suas relações mediatizadas pelo campo do Outro, na medida em que, as mesmas serão

⁶¹ FREUD, 1923, p.89.

reguladas pela ação da instância psíquica do Superego, o qual se formou pela identificação com a figura paterna, enquanto representante do grande Outro.

Dessa forma podemos pensar que o grande Outro se constrói para o bebê por meio do desdobramento da relação imaginária com o outro primordial que culmina no advento do Eu, e se consolida posteriormente com a operação da função paterna. Então, a partir do acesso ao registro simbólico por meio da resolução da problemática edípica, a criança passa a ter suas ações reguladas pela conjuntura cultural à qual pertence. O pequeno tomou para si um lugar no campo do Outro. *“É a partir do momento que acede à mediação simbólica que pode efetuar-se a ordenação do mundo, dos seres, da vida e das coisas.”*⁶².

A construção do *campo do Outro* para o bebê nos auxiliará no próximo capítulo a pensar a respeito do lugar do educador e das possibilidades de estabelecimento de vínculo afetivo com a criança que chega à escola.

⁶² BASTOS, 2003, p.106.

4. A INSERÇÃO DE BEBÊS NA CRECHE E A PSICANÁLISE

4.1. A posição narcísica dos pais

Retomando o que já comentamos no capítulo I, a chegada de um bebê na creche é considerada uma experiência traumática e por isso necessita de cuidados redobrados por parte dos profissionais. Traumática no sentido de ser vivenciada com desconforto por todos os envolvidos: pais, bebês e professores. É principalmente traumática para o bebê, pois ela é vista como uma separação precoce em relação à figura da mãe.

Pensando em caracterizar cada lugar nesta dinâmica como forma de pensarmos a chegada dos bebês à creche como mais um momento da caminhada da criança no seu processo de subjetivação e humanização, vamos iniciar situando os pais, de um ponto de vista teórico.

De acordo com o que encontramos na teoria psicanalítica que caracteriza a relação mãe-bebê e/ou pais e bebê, podemos supor que o desconforto manifestado pelos pais em função da situação de deixar o pequeno na creche sob os cuidados de desconhecidos poderia ser relacionado ao narcisismo primário destes pais que emerge com a chegada de um bebê.

Porém, nem toda demanda dos pais pode ser relacionada a uma possível ferida narcísica. Consideramos importante ressaltar que não estamos propondo uma generalização em relação à forma de cada família reagir à entrada do filho na escola, pois isso remete à singularidade de cada sujeito, aspecto fundamental na abordagem psicanalítica do funcionamento psíquico.

Utilizamos a noção de narcisismo primário, ao qual Freud fez alusão em seu texto “*Sobre o Narcisismo: uma introdução*” (1914), e que ilustra a posição subjetiva dos progenitores, que os levaria a investir libidinalmente os recém-nascidos, colocando estes na condição de “*Sua Majestade o Bebê*”, como uma condição que favorece o estabelecimento do laço entre o outro primordial e o bebê e que pode ter reflexos na forma dos pais se posicionarem em relação aos filhos.

Neste texto Freud descreve como os pais, de uma forma geral, a partir de seu narcisismo primário, costumam investir os filhos, desejando protegê-los de todas as dificuldades e acreditando que os rebentos poderão realizar tudo o que eles mesmos não realizaram.

Isso se deve ao fato de que num primeiro momento a criança se confunde com o ideal, ela é o próprio ideal, o ideal materno. Ela vive o momento do narcisismo primário, no qual o eu, que começa a se constituir na relação com a mãe, é igual ao ideal. Este narcisismo primário não é senão o narcisismo primário dos pais que ressurgue e que envolve a criança através do discurso desejante daqueles, que é direcionado ao recém-nascido. A criança deverá realizar os sonhos que os pais não realizaram e nenhuma das dificuldades enfrentadas por eles durante a vida deverá atingir o pequeno.

“A doença, a morte, a renúncia ao prazer, restrições à sua vontade própria não a atingirão, as leis da natureza e da sociedade serão ab-rogadas em seu favor; ela será mais uma vez realmente o centro e o âmago da criação – Sua Majestade o Bebê, como outrora nós mesmos nos imaginávamos. A criança concretizará os sonhos dourados que os pais jamais realizaram -

o menino se tornará um grande homem e um herói em lugar do pai, e a menina se casará com um príncipe em compensação para a mãe.”⁶³.

Assim, essa forma de investimento dos pais é fundamental para a constituição subjetiva da criança. Isso não está em discussão. O que gostaríamos de considerar aqui seriam as manifestações que esse investimento narcísico pode provocar nos pais quando se trata de confiar o filho aos cuidados de outros, ou seja, defrontar-se com a realidade, na qual não poderão manter os filhos a salvo de possíveis dificuldades que a socialização, a convivência no mundo público, poderá acarretar.

Como esses pais, que veem no bebê, um ideal, e esperam manter para ele um mundo ideal, se portam em relação aos estranhos, educadores da creche, com os quais deixarão o seu bebê? Como manejam seus sentimentos em relação ao desconforto exteriorizado pelo bebê ao defrontar-se com o diferente, posto em ato pelo ambiente da creche?

É possível que por conta desse investimento narcísico, os pais experimentem uma confusão de sentimentos ao terem de deixar seu bebê aos cuidados de outros. Afinal, pode-se inferir que eles próprios gostariam de continuar dispensando os cuidados e a educação em tempo integral ao pequeno. Assim, os sentimentos dos pais podem se traduzir na forma como encaminham questões corriqueiras que se verificam na rotina da creche, deixando transparecer

⁶³ FREUD, 1914, p.98.

uma dose de insegurança quanto ao funcionamento da mesma, quanto à formação das educadoras e, por conseguinte, em relação aos cuidados dispensados e condições favoráveis ao desenvolvimento de seu filho.

Essa insegurança pode ser observada na necessidade dos pais em conferir se o filho está sendo bem cuidado. Na resistência em confiar no trabalho da educadora. Exigências de exclusividade de atenção, como se o seu filho fosse o único a frequentar o estabelecimento de ensino. A nosso ver, tais situações traduzem a vontade inconsciente dos pais de que seus filhos não sejam expostos aos reveses da vida. Vontade esta orientada pelo narcisismo primário dos progenitores que ressurgue quando do nascimento de um filho. Afinal esta criança se confunde com o ideal da mãe. E precisa ser assim para que encontre as condições favoráveis a sua constituição subjetiva.

A desconfiança inicial dos pais se configura como um dos desafios a ser superado pela educadora para que se torne possível estabelecer uma relação de confiança com a família e com isso facilitar o estabelecimento do vínculo com a criança. Afinal, essa relação, educadora-bebê, necessita da autorização do outro primordial, o qual apresenta o universo público da creche à criança e, dependendo da idade do bebê, ainda monopoliza seu afeto.

Em uma passagem de seu livro, Crespim (2007) comenta a história de uma menininha, Laura, que apresentava anomalia visual, não fixava o olhar. A profissional de referência percebe a dificuldade da criança. E mais, percebe que a mãe não olha para o bebê. Os profissionais percebem também que a mãe parece evitar ver que a filha é observada. Os profissionais da creche respeitam o

distanciamento estabelecido pela mãe e tentam entrar numa relação com o bebê, mas isso se mostra impossível. A mãe de Laura não autorizava as profissionais da creche a estabelecer um laço com a menina e a situação apenas foi encaminhada de forma favorável quando a mãe mudou sua posição subjetiva em função do diagnóstico de problemas de visão. O problema foi tratado a nível físico e subjetivamente Laura e sua mãe estabeleceram o vínculo que faltava. Independente do desfecho da história, o que nos interessa aqui é o fato da necessidade de uma autorização da mãe para que os profissionais da creche possam fazer parte do campo do Outro para um bebê.

Assim, podemos inferir que o outro primordial serve de ponte para o mundo público, ponte para os novos laços. E esses novos laços serão orientados pelo modelo de identificação que ocorreu com o outro primordial.

Na chegada de um bebê à creche o que rege os sentimentos da mãe ainda é a relação narcísica que estabeleceu com seu filho e que é estruturante para este. Talvez por isso as mães apresentem tantas resistências, afinal elas terão que aprender a confiar nos cuidados de um estranho e ainda aceitar que este estranho ocupe um lugar interditor na sua relação com seu filho.

E essa figura materna, movida por sentimentos narcísicos, é de fundamental importância para que a inserção do bebê ocorra de forma satisfatória, ou seja, ele consiga simbolizar a ausência da mãe e estabelecer vínculo com a educadora, pois já vimos que cabe a mãe autorizar a creche a ocupar o lugar de Outro para o bebê.

4.2. Os bebês e o choro

No caso dos bebês, como se manifesta tal desconforto em enfrentar o novo ambiente da creche?

Normalmente pelos protestos em se afastar dos pais e ficar com a educadora. A linguagem utilizada pelos pequenos para expressar sua recusa é o choro em grande parte das situações. Este por ser uma forma de protesto ruidosa, causa preocupação e provoca uma reação imediata nos professores e pais, que buscam meios de acalmá-lo e sentem-se aliviados quando obtêm sucesso.

Mas o fato da criança parar de chorar não significa que ela está bem e em condições de estabelecer vínculos afetivos com a professora e outras crianças de sua idade e que sua entrada no universo público da creche com tudo que isso acarreta está consolidada. Alguns estudiosos do assunto enumeram outros indícios de protestos e reações da criança em relação ao afastamento da mãe e a chegada num ambiente estranho e com pessoas estranhas, como a recusa em se alimentar, falta de envolvimento em brincadeiras, manifestação de problemas de saúde entre outros⁶⁴.

Donald Winnicott (1977) escreveu a respeito do choro dos bebês, inclusive classificou o choro em quatro tipos: de satisfação, de dor, de raiva e de pesar. Para o autor, o choro de pesar seria o tipo que exigiria da criança um trabalho

⁶⁴ RAPOPORT, 2001.

mais sofisticado de elaboração psíquica de situações vivenciadas que em última instância a deixaram triste. Seria o choro de tristeza.

Ele ilustra esse tipo de choro com a história de uma menina que foi adotada aos quatro meses e que havia tido experiências dolorosas antes da adoção. Essa criança tornou-se extremamente dependente da mãe adotiva. Segundo o autor ela não conseguira construir a ideia de que existem boas mães no mundo. Aos dezoito meses a mãe viajou e deixou a menina com pessoas de sua confiança por um final de semana.

Foi como se o mundo tivesse parado naquele final de semana para a menina, que se recusou a brincar durante esse período e se dedicou a tentar abrir a porta do quarto da mãe, sentindo muito sua ausência. Quando a mãe retornou a criança a abraçou, chorou e se mostrou profundamente triste por um tempo, retornando ao seu estado normal em seguida.

Aqui podemos inferir que a menina se utilizou também de outras maneiras para demonstrar sua angústia pela ausência da mãe, sem o choro: insistindo em abrir a porta do quarto e não conseguindo envolver-se em brincadeiras.

Mas ela chorou ao reencontrar a mãe e Winnicott nos oferece uma explicação para isso. A menina sentira raiva da mãe por esta tê-la deixado, considerando-se culpada pela ausência da mãe e ao reencontrá-la sentiu tristeza por ter dedicado à mãe, sentimentos hostis.

O que tentamos demonstrar com essa história é que o silêncio da criança em situações de afastamento da figura de referência, neste caso a mãe, não quer

dizer que ela esteja confortável, mas que pode demonstrar sua angústia de outras maneiras e que esse estado de espírito a absorve a tal ponto que o choro não aparece.

E quando ele se faz presente pode indicar o quê aos profissionais e familiares envolvidos na transição entre casa/escola?

Winnicott em seu texto a respeito do choro, o define como um recurso tranquilizante para momentos de dificuldade ao qual o bebê recorre. *“Os bebês choram por que se sentem ansiosos ou inseguros, e o recurso funciona; o choro ajuda bastante, e devemos, portanto, concordar em que há nele algo de bom.”*⁶⁵.

E alerta para a ausência dessa reação: *“Os bebês que raramente choram não estão, necessariamente, desenvolvendo-se melhor, pelo fato de não chorarem, do que os outros bebês que choram como desalmados.”*⁶⁶.

Nos IRDIs⁶⁷, especificamente no indicador de número 18, encontramos a questão do estranhamento como sendo o resultado da simbolização da mãe, ou da função materna. Seria o reconhecimento pelo bebê da importância do seu cuidador primordial.

Essa ideia já havia sido proposta por Spitz⁶⁸ como sendo um organizador psíquico, a ansiedade dos oito meses. Este autor, que pesquisou sobre o primeiro ano de vida, propôs dois organizadores psíquicos: o sorriso e a ansiedade dos

⁶⁵ WINNICOTT, 1977, p. 66.

⁶⁶ WINNICOTT, 1977, p. 65.

⁶⁷ PESARO, 2010, p. 56.

⁶⁸ SPITZ, 1965, apud PESARO, 2010.

oito meses. Tais organizadores indicariam a consolidação do objeto libidinal e teriam no olhar a sua base de sustentação.

Primeiramente, a face humana seria para o bebê um desencadeador de memória. As faces desconhecidas lembrariam ao pequeno a ausência da mãe ou do cuidador primordial. Assim, a face materna passa a ocupar um lugar diferenciado entre as outras faces humanas para o bebê e então se consolida a construção de objeto.

Estas considerações teóricas nos permitem dizer que o choro - choro de protesto da criança pequena na escola para deixar a mãe, ou o familiar que a acompanha ir embora – representa a qualidade do laço afetivo dessa criança com esse cuidador primordial.

Conforme nos afirma Winnicott, o silêncio de alguns bebês não significa que os mesmos estão elaborando suficientemente bem as experiências que lhe são apresentadas. E como é possível inferir das considerações deste autor a respeito dos tipos de choro, existe uma elaboração psíquica por parte da criança que chora, sendo uma forma de manifestar sentimentos resultantes de um elaborado trabalho subjetivo, como no caso do choro de tristeza.

Estas considerações a respeito do choro e suas motivações nos bebês nos levam a supor que o mesmo pode ser visto como um sinalizador de que a criança já estabeleceu um bom vínculo com a mãe e pode simbolizá-la, internalizou sua imagem. Expressará sua tristeza em afastar-se dela, reagindo ao estranhamento causado pela aproximação de outros rostos, mas assim como foi possível o estabelecimento do vínculo primordial de forma satisfatória, será possível para

esta criança voltar-se à novas possibilidades de investimentos. Deixando caminho aberto para o estabelecimento do vínculo afetivo com o educador da creche, por exemplo.

4.3. O lugar do educador

E para o educador, como é vivenciada a chegada de um novo aluno, quando este se trata de um bebê em sua primeira experiência escolar?

Ao pensar a respeito do lugar do educador em relação ao lugar dos pais, Crespim utiliza-se da noção de campo do Outro e com isso distingue parentalidade biológica de parentalidade simbólica. Para a autora toda criança tem pais biológicos, que transmitem a vida. *“Pais do nome que permitem a entrada na filiação, a identidade, o pertencimento ao grupo; e pais simbólicos que asseguram a transmissão e permitem o crescimento. Em situações tidas como favoráveis esses três pares de pais são apenas um.”*⁶⁹. Porém o lugar de “pais simbólicos” poderá ser ocupado, temporariamente ou algumas vezes totalmente⁷⁰, por pessoas de fora do âmbito familiar.

Portanto, a entrada do bebê no universo simbólico, abrirá espaço para outras pessoas no que se refere ao campo do Outro. *“Assim, o campo do Outro é constituído pelos pais e pelo círculo próximo da criança, mas também pela*

⁶⁹ Crespim, 2007, p. 8. Nota de rodapé.

⁷⁰ Em casos de crianças com mães e pais ausentes ou impossibilitados de exercer tal função.

*instituição, e, sobretudo pelas pessoas que cuidam cotidianamente da criança.”*⁷¹.

É dessa forma que seria possível pensar o lugar dos educadores e profissionais que cuidam da criança pequena como fazendo parte da “*série dos pais simbólicos*”⁷², ou do campo do Outro.

A partir do ingresso de uma criança pequena na escola, por algumas horas diárias o educador se ocupará dos cuidados e da educação deste pequeno, desempenhando assim, as atividades que antes eram de inteira responsabilidade dos pais⁷³. Ou seja, podemos entender que a função do educador se situa no campo do grande Outro.

Tendo em vista que a escola representa o grande Outro, um universo desconhecido, o mundo público, e o bebê, em plena constituição do aparelho psíquico, ainda alienado aos cuidadores primordiais – os pais – terá de se haver com essa diferença, podemos considerar como o ponto fundamental da primeira experiência escolar, o estabelecimento do laço afetivo com o educador.

A partir do vínculo afetivo, o educador ocupa o lugar de outro para o bebê, podendo então, ser um representante do grande Outro. Pode-se afirmar que o educador dará continuidade ao investimento em relação à criança, oferecendo condições favoráveis para sua humanização. Mas não se trata de uma substituição completa, por exemplo, da função materna. O lugar de filiação só pode ser oferecido pelo casal parental.

⁷¹ CRESPIIM, 2007, p. 9.

⁷² CRESPIIM, 2007, p. 9.

⁷³ Na maioria dos casos os cuidadores primordiais são os pais biológicos.

Num primeiro momento, a identificação acontece em relação ao pequeno outro. Esse pequeno outro que cuida do bebê e o investe, a exemplo do que acontecia com o cuidador primordial, podendo esse investimento ser em maior ou menor intensidade e em tempo, na maioria das vezes, reduzido.

Estabelece-se uma relação no plano imaginário, que possibilita o investimento na figura do educador, e a criança poderá, por meio do adulto investido, continuar a ter acesso ao universo simbólico, ao grande Outro. A criança se aliena e depois se separa deste pequeno outro abrindo espaço para ir além e investir em outros, assim como na sua relação com a figura materna ao se deparar com a lei interditora na figura do pai.

E assim será ao longo da vida, conforme nos assinalou Freud. As futuras identificações se darão baseadas no Ideal do Ego⁷⁴, que surgiu em função da “(...) *influência crítica dos pais (transmitida pela voz), aos quais vieram juntar-se, à medida que o tempo passou aqueles que o educaram e lhe ensinaram, a inumerável e indefinível coorte de todas as outras pessoas de seu ambiente – seus semelhantes – e a opinião pública*”.⁷⁵

Para Freud, as escolhas amorosas durante a vida do sujeito serão tentativas de, por meio do objeto investido, buscar um inatingível ideal do Ego, que teve origem lá nas relações primordiais e que norteia suas identificações.

Mas para que ocorram novos investimentos é preciso separar-se deste outro a quem a criança está alienada. E para que isso ocorra se faz necessário a

⁷⁴ Parte da instância psíquica Superego que representa os ideais e os modelos.

⁷⁵ FREUD, 1909-1910, p.102.

operação da função paterna, a operação de corte na relação fusional mãe-bebê e que pode ser instaurada pela presença de um terceiro que seja investido pela mãe, na maioria das vezes, trata-se do pai biológico.

Já nos referimos anteriormente de forma detalhada ao complexo edípico, que tem início com a chegada deste terceiro na relação mãe-bebê. Assim, na gênese da angústia de castração, temos também o início do estabelecimento e operação do que se chama função paterna, que seria o operador psíquico da separação. De acordo com Crespín: *“O laço primordial, na sua vertente paterna, introduz um corte. Ele corresponde à capacidade separadora do pai e à sua função reguladora da onipotência primordial da mãe.”*⁷⁶.

Essa autora alerta para o caráter complementar das duas funções, materna e paterna. Segundo ela será a articulação dialética das duas funções que permitiram trocas satisfatórias com o bebê. E mais, a função materna não seria restrita apenas à figura feminina, nem a paterna à figura masculina, mas representam as operações estruturantes de alienação e separação.

“Se considerarmos que essas funções são duas vertente, duas posições do laço primordial, vemos imediatamente que a mãe e o pai da realidade, portam – mesmo que de modo desigual e variável, por vezes invertido -, as duas funções.”⁷⁷.

⁷⁶ CRESPIIN, 2004, p. 29.

⁷⁷ CRESPIIN, 2004, p. 30.

A instituição de educação infantil, a creche, pode ser considerada também um operador de separação na relação fusional mãe-bebê, uma vez que, fisicamente, vai estabelecer intervalos diários nesta relação. E por possuir regras próprias de funcionamento, às quais a família e o bebê deverão se sujeitar ao ingressarem na creche, esta também representa a Lei, agente interditor, enquanto representante da cultura que ordena a relação da criança com o mundo. E subjetivamente vai proporcionar possibilidades de estabelecimentos de novos vínculos, primeiramente com a educadora, depois com as outras crianças e profissionais da creche.

Assim é possível pensar que o educador pode ocupar o lugar das duas funções: materna e paterna. Quanto à inserção da criança na creche, o educador representa um terceiro na relação mãe-bebê, representando a função paterna. Depois como adulto de referência, ora deverá se posicionar na função materna, investindo a criança uma vez que esta está em processo de estruturação subjetiva. Ora deverá representar a Lei, o grande Outro, ordenando o mundo para o pequeno.

4.4. A separação como operador simbólico

Estudos a respeito da chegada de bebês à creche apontam como aspectos críticos desse momento a “(...) *problemática da separação precoce e as*

*consequências para o desenvolvimento infantil do ingresso na creche durante o primeiro ano de vida.”*⁷⁸.

Após explorarmos os caminhos da constituição subjetiva a partir dos pressupostos psicanalíticos freudo-lacanianos, e percebermos a importância da relação estabelecida entre o bebê e o outro Primordial e entendermos que a alienação e a separação são operadores que deverão se alternar para que o psiquismo se estruture, acreditamos ser possível pensar a chegada do bebê na creche como um afastamento temporário da mãe, de caráter constitutivo para o sujeito em devir.

Para pensar o afastamento de algumas horas diárias vivenciado pelo bebê e sua mãe como mais uma vicissitude da constituição subjetiva, vamos retornar ao par presença/ausência, ilustrado pelo jogo do carretel citado por Freud, o *Fort-Dá*.

Kupfer (2009) define a alternância presença-ausência como as ações maternas que tornam a mãe alternadamente presente e ausente.

“A ausência materna marcará toda ausência humana como um acontecimento na existência, digno de nota, obrigando a criança a desenvolver um dispositivo subjetivo para sua simbolização. A presença materna não será apenas física, mas será, sobretudo, simbólica. Entre a demanda da criança e a experiência de satisfação proporcionada pela mãe, espera-se que aja um intervalo no qual poderá surgir a resposta da criança, base para as respostas ou demandas futuras.”⁷⁹.

⁷⁸ RAPOPORT, 2001, p. 82.

⁷⁹ KUPFER, 2009, p. 54.

A autora alerta para a importância da existência de um intervalo de tempo entre a criança solicitar algo e a mãe atender, como fundamental para que a criança possa produzir uma resposta. Também aponta para o fato da ausência materna obrigar a criança a desenvolver um dispositivo psíquico para sua simbolização, ou seja, a criança vai introjetando a imagem da mãe, ao ponto de conseguir ficar longe dela, desenvolvendo recursos para simbolizar sua presença.

Aqui cabe a ilustração com o *Fort-Dá*. Este jogo representa uma forma encontrada pela criança de aceitar a ausência da mãe, podendo deixar o lugar passivo de ter sido deixado para agir ativamente ao simbolizá-la com o jogo de arremessar e puxar o carretel, revelando prazer em fazer isso, o que para Freud representaria a criança deixando a mãe ir embora e trazendo-a de volta de acordo com sua vontade.

Para Lacan, o *Fort-Dá* significa a reprodução pela criança do processo do desmame e representa o triunfo do sujeito sobre esse complexo, ao comandar sua reprodução de forma ativa.

De acordo com Pesaro (2010),

“Os cuidados maternos, - o retorno rotineiro e regular da mãe em relação aos cuidados com o bebê – proporcionam à criança o sentimento de coesão (unidade), de continuidade e de uma existência segura. O termo *retorno* já indica a alternância materna. É a operação da função materna que introduz, paulatinamente, a alternância; por outro lado, é a alternância que possibilita o funcionamento das funções materna e paterna.”⁸⁰.

⁸⁰ PESARO, 2010, p. 52.

Essas considerações nos permitem sustentar a hipótese em relação à chegada dos bebês na creche de que a separação do outro primordial pode ser vista como mais uma vicissitude do vir a ser de um sujeito.

Se o retorno rotineiro e regular da mãe proporciona ao bebê um sentimento de coesão – unidade – de continuidade e de uma existência segura, podemos caracterizar as idas e vindas da mãe ao deixar e ao buscar o filho na creche como um movimento contínuo de se fazer ausente e voltar a estar presente. Logo esse afastamento temporário da mãe pode ter um caráter constitutivo para o bebê.

A separação no caso dos bebês e suas mães no processo de inserção na creche não necessita ser visto como um rompimento, mas um afastamento temporário. A mãe ao verbalizar para o bebê a respeito de seu retorno garante a ele a continuidade da relação. E o tempo de ausência permite ao bebê simbolizar a figura materna e encontrar substitutos, ampliando os vínculos.

A alternância entre presença e ausência é o que possibilita a operação das funções materna e paterna. Tais funções, de acordo com Crespim⁸¹, são as duas vertentes do laço primordial, e para que esse laço seja portador das qualidades necessárias à constituição subjetiva, ele deverá comportar as duas vertentes e ambas deverão estar em articulação dialética.

⁸¹CRESPIM, 2004, p.28.

A escola ao se colocar como um operador de corte na relação da mãe com o bebê, na medida em que a mãe se afasta, se fazendo ausente, está se colocando no lugar de função paterna.

De acordo com Pesaro, é possível estabelecer um paralelo entre a *mãe suficientemente boa* de Winnicott e a alternância do par presença-ausência. Pois, ser boa o suficiente, significa para o autor, não responder à altura da demanda do bebê. Significa ser uma mãe que comete enganos e retorna tentando repará-los. Ora oferece menos, ora oferece mais.

Assim, entendemos que o ponto essencial da chegada de um bebê na creche, sua primeira experiência escolar, é a existência da possibilidade deste bebê se abrir ao estabelecimento de novos laços, estabelecer vínculo afetivo com o educador, para que este possa ocupar o lugar de figura de referência e exercer por algumas horas diárias, a função materna. E para que isso ocorra deverá acontecer um movimento de separação em relação a alienação do bebê ao outro primordial.

É importante ressaltar que não se trata do educador exercer a função materna no sentido da sustentação da filiação, mas de ocupar um lugar no campo do Outro, auxiliando o sujeito em constituição a aceder ao domínio do simbólico.

Dessa forma, com base nos pressupostos teóricos aqui discorridos, propomos um olhar para o tempo da primeira experiência escolar como um momento que torna possível o movimento de afastamento e retorno da mãe, que proporciona ao bebê, a possibilidade de mobilizar recursos subjetivos para confrontar-se com a diferença colocada em ato pelo ambiente da creche e pelo

rosto da educadora, estranho ao da mãe, e que representa para a criança a simbolização da ausência materna.

Sendo assim, esse movimento colocado em ação, para a criança, pelo diferente representado pela chegada à creche, tem caráter constitutivo para o sujeito em devir. Na verdade, pode enriquecer o processo de constituição subjetiva como um elemento a mais, contribuindo para seu desdobramento.

Esse movimento de que falamos seria a operação de separação. Operação fundante do psiquismo em complemento à operação de alienação. Ao utilizar os termos *se parere* e *engendrar-se* para definir o significado de separação em seu texto, Lacan (1964) nos permite pensar que ao separar-se o sujeito *se estrutura, se constitui*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É comum encontrarmos em revistas que tratam de Educação, artigos referentes à acolhimento e adaptação de bebês e crianças pequenas à creche. Nesses materiais pode-se identificar uma busca por uma receita que torne a chegada dos bebês à creche um acontecimento “sereno” e que permita à mãe sentir-se “plenamente confiante” ao deixar seu filho aos cuidados de terceiros.

No entanto, de acordo com o entendimento que a teoria psicanalítica nos proporciona a respeito de estruturação subjetiva, essa busca está fadada ao fracasso. A angústia que acompanha essa passagem na vida de um bebê é inerente a construção de seu aparelho psíquico que está em pleno processo de vir a ser.

Na construção de nossa reflexão não nos ativemos a uma idade específica para pensar a chegada à escola. Conforme foi citado ao longo do capítulo que trata especificamente das abordagens em relação à inserção dos bebês na creche, as diferentes idades conferem diferentes condições e reações por parte dos bebês quando do afastamento da figura materna. No entanto, não constituiu nosso objeto de estudo analisar as variações nas reações dos bebês ao afastarem-se do outro primordial nas diversas idades.

Nossa intenção foi pensar que a inserção do bebê na creche pode ser um acontecimento psiquicamente estruturante, ou seja, operar uma separação a nível subjetivo, a qual leva o bebê a constituir-se um sujeito. E para isso se faz necessário que a criança tenha estabelecido um laço com a mãe e então o afastamento físico dela representará um corte e instalará um ordenamento por meio da alternância presença-ausência.

Nestas condições, a criança poderá simbolizar a figura materna, elaborando internamente suas ausências e tomando-as como possibilidades de buscar/criar alternativas para ela. Podendo assim investir, por exemplo, no laço com o educador e disponibilizando-se às experiências educativas no ambiente da creche.

Mas e no caso de um bebê chegar à creche, onde deverá ficar períodos de tempo na ausência da figura materna, sem ter estabelecido esse laço com a mãe a um nível satisfatório? Crianças, que por motivos diversos, possam vivenciar entraves no processo de alienação à figura do outro primordial. Seja por percalços advindos de limitações apresentadas pelo bebê ou dificuldades por parte da mãe em oferecer sentido às reações do recém-nascido. Nestas circunstâncias seria viável abordar a separação enquanto operador simbólico?

Quando entra em cena a precariedade do laço em relação à figura da mãe, reconhecemos um terreno que vai além das pretensões e das possibilidades de nosso estudo. Mas o lugar possível para a creche nestes casos consiste em assunto fértil na área que aborda a educação a partir dos pressupostos psicanalíticos. Pois segundo estudos realizados neste viés⁸², a instituição poderá ter um papel importante no campo da prevenção, no sentido de observar e identificar que algo não vai bem com o bebê, podendo abrir espaço para intervenções que venham permitir ao outro primordial uma recolocação no campo

⁸² A pesquisa coordenada por Maria Cristina Machado Kupfer que deu origem aos IRDIs é um exemplo de estudo que teve por finalidade alertar para situações em que pode haver precariedade no estabelecimento do laço entre mãe-bebê e por consequência apontar para a função preventiva da creche.

discursivo, consistindo numa medida crucial para o surgimento de condições favoráveis à subjetivação de tais crianças.

Quanto à questão da insegurança da mãe em deixar seu bebê com estranhos, também acreditamos que por maior que seja o esforço em criar estratégias por parte da creche, não conseguirá aplacar esse sentimento. A insegurança poderá ser substituída, aos poucos, com o estabelecimento de um vínculo de confiança entre a creche e a família. Mas isso leva tempo. A mãe continuará saindo da creche no primeiro dia de vida escolar de seu bebê com o coração pesado e a cabeça povoada de interrogações.

O sentimento narcísico que permite o investimento da mãe em relação ao seu bebê, necessário para a estruturação subjetiva deste, faz com que ela desconfie da eficiência de um estranho ao ocupar por algumas horas o seu lugar em relação aos cuidados com o bebê.

Cabe à educadora suportar essa conjuntura, sabendo que não poderia ser diferente, pois tanto as reações do bebê quanto as reações dos pais, que em alguns casos podem parecer exageradas e infundadas, são inerentes à problemática subjetiva na qual estão mergulhados.

Neste ponto acreditamos que nosso trabalho pode contribuir no sentido de instrumentalizar os profissionais envolvidos na recepção aos bebês na creche com o conhecimento a respeito da construção da subjetividade.

Conhecedores das variáveis subjetivas que envolvem o afastamento de um bebê de sua mãe, torna-se possível compreender o que se passa e enfrentar

o desconforto vivenciado ao depara-se com as desconfianças familiares e os protestos dos pequenos com uma maior isenção. Interpretá-los como percalços inerentes ao processamento da diferença representada pela creche para um bebê em vias de humanização e não como demandas em relação à qualidade do atendimento prestado e muito menos como consequências da exposição arbitrária a um inevitável “*mal necessário*”.

Afinal a inserção dos bebês na creche pode representar uma separação entre o bebê e sua mãe, mas separar-se é fundamental para a estruturação subjetiva do bebê. E o choro ao defrontar-se com alguém estranho nada mais é do que uma reação esperada de uma criança que consegue distinguir o rosto de sua mãe de outros rostos. A insegurança dos pais tem a ver com o seu investimento em relação ao próprio filho, o que o filho representa para esses pais, investimento esse também fundamental na constituição subjetiva da criança.

Por isso nos permitimos pensar que as dificuldades que mais angustiam os profissionais em relação à inserção de bebês na creche, na verdade são eventos decorrentes do processo de estruturação psíquica que está sendo vivenciado pela criança.

A creche ao ser chamada a fazer parte desta dinâmica, pois cada vez mais os bebês chegam às instituições com poucos meses de vida, não estaria desnaturalizando a relação mãe-bebê, nem provocando turbulência onde havia serenidade.

Pois a relação da mãe com seu bebê não é natural de acordo com os pressupostos psicanalíticos. Mas trata-se de uma trama tecida a partir do desejo do outro primordial.

“A psicanálise se opõe a esta ideia de naturalização do agir humano e interpretará o amor devotado à cria inicialmente como narcísico, pois o que é objetivado é a imagem projetada no infans como prolongamento, como reflexo do Outro Primordial.”⁸³.

Retornamos a noção de narcisismo primário, com a qual ilustramos o sentimento dos pais em relação à primeira experiência dos bebês na creche, para descrever a forma de investimento dos pais em relação ao filho como uma imagem deles próprios projetada no infans. Este narcisismo que animaria o amor devotado aos filhos. Ou seja, um amor à própria imagem ideal, que surge a partir do desejo que move estes adultos e, portanto, não natural.

Deste ponto de vista a creche poderia não entrar em cena e o processo de separação entre mãe-bebê ocorreria de alguma forma, pois uma criança mais cedo ou mais tarde terá contato com o ambiente público, seja na creche ou em outro local. Ou isso, ou o sujeito não viria a existir no registro do simbólico, não se constituiria um sujeito. Mais cedo ou mais tarde chegará um terceiro para abalar a relação fusional e o par mãe-bebê terá de se haver com os tempos da alternância presença-ausência, com a regulação da função paterna que virá ordenar a vida do bebê.

⁸³ BAPTISTA, 2002, p. 92.

Isso nos remete ao que foi citado no capítulo 1 referente às considerações de Dolto (1999) em relação à inserção de bebês em ambientes coletivos. Mais cedo ou mais tarde a criança irá se deparar com a coletividade. A autora apenas alerta para que esse primeiro contato aconteça na companhia dos pais.

A creche não é boa nem ruim. É uma opção que quando acionada ocupará um lugar na problemática psíquica de seus frequentadores, passando a fazer parte desta trama. No caso, será mais um elemento a ser considerado no processo de estruturação subjetiva dos bebês.

Não se trata de desconsiderar ou diminuir todos os esforços que a instituição creche e seus profissionais dispõem para que esse momento de inserção dos bebês se dê de forma menos turbulenta possível. Não tratamos aqui de *como fazer*. Mas buscamos entender o que se passa subjetivamente e acreditamos que podemos contribuir no sentido de abordar o principal aspecto deste processo de inserção – a separação - como inerente ao constituir-se do sujeito.

Dar entrada na creche gera desconfortos não por que a sua história carrega estigmas que lhe são desfavoráveis e que marcam o imaginário que diz respeito a esta instituição remetendo a ideias de abandono, desamparo, carência afetiva e material, mas por que ela aciona operações subjetivas fundamentais para a estruturação psíquica do bebê deslocando-o de um estado de alienação na palavra do outro primordial para um estado de *se parere*, o fazendo emergir no registro do simbólico como um sujeito.

E quanto aos pais, o ressurgimento de estados psíquicos primários, como o caso do sentimento narcísico, faz com que questionem a competência de quem ocupará o seu lugar por algum tempo. Eles terão que se haver com a realidade de não poderem a tudo prover em relação ao bebê. De certa forma é abalada a imagem ideal projetada no infans. Trata-se de constatar que existem limites que se impõe ao desejo em função da alienação do sujeito ao campo do Outro.

Assim podemos supor que a inserção do bebê no ambiente coletivo da creche viria abalar o amor narcísico dedicado a ele pelos pais. Amor este correspondido pelo bebê de certa forma, pois, de acordo com os pressupostos psicanalíticos, ele ocupa o lugar de objeto de desejo para o outro primordial.

“Sobre o amor, há uma característica que merece ser destacada: a de ser sempre recíproco, pois o sujeito quando é amado se fez objeto a para alguém. Não há amor sem a presença do objeto a e podemos então inferir que as inúmeras ‘gracinhas’ feitas pelos bebês, assim como a ‘manha’ podem, em parte, evidenciar esta lógica de se fazer ‘notar’ pelo Outro.”⁸⁴

Ao responder às suposições que o outro primordial faz, em relação as suas manifestações como dotadas de sentido, o bebê está correspondendo ao investimento narcísico do adulto e a ele se aliena.

A inserção na creche abala essa relação alienante, no sentido de situar os pais em relação à impossibilidade de manter a onipotência quanto aos cuidados

⁸⁴ BAPTISTA, 2002, p. 93.

com o bebê. E para o bebê, instalando a alternância presença-ausência, com o afastamento da figura materna, colocando em ato o diferente, abrindo caminho para a simbolização.

.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUMANSSUR, H. O. (1999). A adaptação da criança pequena na creche. . IN: DAVINI J. & FREIRE M. (org.). *Adaptação: pais, educadores e crianças enfrentando mudanças*. Série Cadernos de Reflexão. São Paulo. Espaço Pedagógico.
- ARIÈS, P. (1975). *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- BALABAN, N. (1988). *O início da vida escolar: da separação à independência*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- BAPTISTA, V. M. F. (2002). *O infans, a creche e a psicanálise*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação - USP. São Paulo.
- BERNARDINO, L. M. F. (2006). A abordagem psicanalítica do desenvolvimento infantil e suas vicissitudes. In: BERNARDINO, L. M. F. (ORG.). *O que a Psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição*. São Paulo: Escuta.
- BRUDER, M. C. R.; BRAUER, J. F. (2007). A Constituição do sujeito na psicanálise lacaniana: impasses na separação. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 12, n. 3, p. 513-521, set./dez, 2007.
- CARVALHO, M. T. V. (2001). *A creche: um elemento a mais na constituição do sujeito*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo.
- CRESPIN, G. (2007). *L'épopée symbolique du nouveau-né. De la rencontre primordiale aux signes de souffrance précoce*. Toulouse: Editions Erès.

- (2004). *A clínica precoce: o nascimento do humano*. São Paulo. Casa do Psicólogo.
- CURY, S. R. B. (1999). Adaptação: olhando a criança ao olhar seus pais. IN: DAVINI J. & FREIRE M. (org.). *Adaptação: pais, educadores e crianças enfrentando mudanças*. Série Cadernos de Reflexão. São Paulo. Espaço Pedagógico.
- DAVINI, J. (1999). Enfrentando conflitos de separação: a adaptação na escola de educação infantil. IN: DAVINI J. e FREIRE M. (org.). *Adaptação: pais, educadores e crianças enfrentando mudanças*. Série Cadernos de Reflexão. São Paulo. Espaço Pedagógico.
- DOLTO, F. (2007). *As etapas decisivas da infância*. São Paulo. 2ª. Ed. Martins Fontes, 2007.
- FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *ESB*. Rio de Janeiro, Ed. Imago, 1996. Vol.VII.
- (1909). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. *ESB*. Rio de Janeiro, Ed. Imago, 1996. Vol. X.
- (1909-1910). Um tipo especial de eleição de objeto no homem. *ESB*. Rio de Janeiro. Editora Imago, 1996. Vol. XI.
- (1912-1914). *Totem e Tabu*. Rio de Janeiro. Imago, Ed. 2005.
- (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. *ESB*. Rio de Janeiro. Editora Imago, 1996. Vol. XIV.
- (1923). A organização genital infantil. *ESB*. Rio de Janeiro. Editora Imago, 1976. Vol. XIX.

----- (1923). O Ego e o Id. *ESB*. Rio de Janeiro. Editora Imago, 1976. Vol. XIX.

----- (1924) A Dissolução do Complexo de Édipo. *ESB*. Rio de Janeiro. Editora Imago, 1976. Vol. XIX.

----- (1925). Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. *ESB*. Rio de Janeiro. Editora Imago, 1976. Vol. XIX.

JERUSALINSKY, Alfredo. (1989). *Psicanálise e desenvolvimento infantil: um enfoque transdisciplinar*. Porto Alegre, Artes Médicas.

----- (2009). Valor preditivo de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil: um estudo a partir da teoria psicanalítica. *Lat. Am. Journal of Fund. Psychopath. Online*, v. 6, n. 1, p. 48-68.

KAMERS, M. (2005). *Do Universal da Maternagem ao Singular da Função Materna*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Feusp.

KISHIMOTO, T. M. (1990). Pré-escola na República. In: *Por-posições*. Campinas. N. 3, p.55-66.

KUHLMANN, Moysés Jr. (1991). Instituições Pré-escolares. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, no. 78, p. 17-26.

----- (2000). Histórias da Educação infantil brasileira. In: *Revista Brasileira de Educação*. Belo Horizonte, no. 14, p. 5-18.

KUPFER, M C. (2009). Valor preditivo de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil: um estudo a partir da teoria psicanalítica. *Lat. Am Journal of Fund. Psychopath. Online*, v. 6, n. 1, p. 48-68.

LACAN, Jacques. (1938). *Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

----- (1956). *O Seminário. Livro IV. A relação de objeto*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

----- (1964). *O Seminário. Livro XI. Os quatro conceitos fundamentais de psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zarar Editor.

----- (1998). O Estadio do Espelho como fundador da função do eu. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. Tradução: Vera Ribeiro.

LAJONQUIÈRE, L. (2010). *Figuras do Infantil: a psicanálise na vida cotidiana com as crianças*. Rio de Janeiro, Ed, Vozes.

MALTA, M.M.C. (1990). A questão da creche. In: *Revista brasileira de estudos pedagógicos*. Brasília. Vol. 71, n. 167/169, p. 212-231.

MILLER, J- Alain. (1984). Leitura crítica dos complexos familiares de Jaques Lacan. Tradução: Vera Avelar Ribeiro. *Opção Lacaniana Online*.

OLIVEIRA, Z. M. R. (1998). A creche no Brasil: mapeamento de uma trajetória. In: *Revista da Faculdade de Educação/USP*. São Paulo, VOL. 14, n. 1, p. 43-52.

PESARO, M. E. (2010). *Alcance e limites teórico-metodológicos da pesquisa multicêntrica de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil*. Tese de Doutorado – Instituto de Psicologia - Universidade de São Paulo.

RAPOPORT, A. (2001). Concepções de educadoras sobre a adaptação de bebês à creche. In: *Psicologia: teoria e pesquisa*. Brasília. Vol. 17 n. 1, p. 69-78.

----- (2001). O ingresso e adaptação de crianças pequenas à creche: alguns aspectos críticos. In: *Psicologia: reflexão e crítica*. Porto Alegre, Vol. 14, n.1, p. 81-95.

----- (2005). *Adaptação de bebês à creche: a importância da atenção de pais e educadores*. Porto Alegre: Mediação.

RCNEI. *Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil*. Volume I.

WANDERLEY, M.P. (2007). *Evolução das leis e costumes sobre licença-maternidade no Brasil*. In: www2.camara.leg.br.

WINNICOTT, D. W. (1958). *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro. Imago, 2000.

----- (1977). *A criança e o seu mundo*. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores.